

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Edital 64/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
64/2025	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ALINE STANGE	11/06/2026 15:23 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		03603.000099/2025-13

1. CONCORRÊNCIA] OU PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20... (Processo Administrativo nº.....)

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (114601)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de comunicação multimídia via link satelital do tipo VSAT banda Ka (GEO) ou, alternativamente, via satélite de baixa órbita (LEO), conforme disponibilidade técnica e operacional da solução ofertada, para atendimento às necessidades de comunicação de dados das estações geodésicas (Projeto RBMC) do IBGE, localizadas em diversos municípios do território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.530.881,80 (um milhão, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **01/07/2026 às 9h (horário de Brasília)**

Critério de Julgamento:

menor preço global

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Torna-se público que a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, por meio de sua Gerência de Compras, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais da Diretoria Executiva, sediada na Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviço de comunicação multimídia via link satelital do tipo VSAT banda Ka (GEO) ou, alternativamente, via satélite de baixa órbita (LEO), conforme disponibilidade técnica e operacional da solução ofertada, para atendimento às necessidades de comunicação de dados das estações geodésicas (Projeto RBMC) do IBGE, localizadas em diversos municípios do território nacional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 32 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de eventual divergência entre as especificações descritas no sistema Catálogo de CATMAT/CATSER do Comprasnet e as especificações constantes nos anexos deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, considerando não haver nenhuma vedação estabelecida no art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006 a esta atividade.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.20.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.20.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.20.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.20.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.20.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.20.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.20.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.20.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.20.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.20.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.20.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2.2. empresas brasileiras;

7.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.16. O Pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por Cópia digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1,. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato , sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato , a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail licitacoes@ibge.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar e

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, 14.1.9 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail licitacoes@ibge.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I-A - Especificação Técnica;

16.11.1.2. Anexo I-B - Endereços dos pontos de presença para estações geodésicas;

16.11.1.3. Anexo I-C - Termo de Ciência;

16.11.1.4. Anexo I-D - Termo de Compromisso de manutenção de sigilo;

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta comercial.

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE STANGE

Pregoeiro

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Termo de Referência 175/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG

175/2025

Editado por

MARCIO ROBERTO GALHANO

Atualizado em

26/05/2026 16:36 (v 0.17)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC

Número da Contratação

03603.0000099/2025-13

Processo Administrativo

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de comunicação multimídia via link satelital do tipo VSAT banda Ka (GEO) ou, alternativamente, via satélite de baixa órbita (LEO), conforme disponibilidade técnica e operacional da solução ofertada, para atendimento às necessidades de comunicação de dados das estações geodésicas (Projeto RBMC^[1]) do IBGE, localizadas em diversos municípios do território nacional, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade (Mbps)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor total 60 meses (R\$)
1	1	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Humaitá/SES-AM	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
	2	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Humaitá/SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	3								

	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Tefé /SES-AM	26557	Mbps		20	83,64 (para 01 Mbps)	1.672,80	100.367,40
4	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Tefé /SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
5	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Coari/SES-AM	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
6	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Coari /SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
7	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Manaus/SES-AM	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
8	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Manaus /SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
9	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação São Gabriel da Cachoeira/SES-AM	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
10	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação São	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00

	Gabriel da Cachoeira/SES-AM							
11	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Parintins/SES-AM	26557	Mbps		20	83,38 (para 01 Mbps)	1.667,63	100.057,80
12	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Parintins /SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
13	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação IFAM - Tabatinga /SES-AM	26557	Mbps		20	83,64 (para 01 Mbps)	1.672,80	100.367,40
14	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação IFAM - Tabatinga/SES-AM	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
15	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Porto de Santana /SES-AP	26557	Mbps		20	75,43 (para 01 Mbps)	1.508,58	90.514,80
16	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Santana /SES-AP	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
17	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Macapa/SES-AP	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
18	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Macapa /SES-AP	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00

19	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Belém/SES-PA	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
20	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Belém /SES-PA	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
21	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Itaituba/SES-PA	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
22	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Itaituba /SES-PA	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
23	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Boa Vista/SES-RR	26557	Mbps		20	73,20 (para 01 Mbps)	1.464,04	87.841,80
24	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Boa Vista /SES-RR	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
25	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Floriano/SES-PI	26557	Mbps		20	73,20	1.464,04	87.841,80
26	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Floriano /SES-PI	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
27	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda	26557	Mbps		20	75,70 (para 01 Mbps)	1.514,04	90.841,80

	ka - estação Porto Velho/SES-RO							
28	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Porto Velho/SES-RO	26166	Unidade		01	2.950,00	2.950,00	2.950,00
29	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Salvador - Cap. dos Portos/SES-BA	26557	Mbps		20	74,56 (para 01 Mbps)	1.491,31	89.478,00
30	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Salvador - Cap. dos Portos /SES-BA	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
31	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Pau dos Ferros/SES-RN	26557	Mbps		20	75,60 (para 01 Mbps)	1.512,14	90.728,40
32	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Pau dos Ferros/SES-RN	26166	Unidade		01	5.000,00	5.000,00	5.000,00
TOTAL (Considerado o Somatório das Medias por localidade [Serviços e Instalações])								1.530.881,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades de pesquisa e transmissão de dados do IBGE, afetando o cumprimento de sua missão institucional, sendo, portanto, a vigência plurianual a mais vantajosa e segura para esta Fundação.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 05 anos contados da data de assinatura do instrumento contratual, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.7. A solução não se enquadra no disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive gestão de processos de TIC e gestão de segurança de informação.
- 1.8. O objeto se enquadra como solução de TIC, conforme Anexo II, item 14 da IN SGD/ME nº 94/2022, mas os itens descritos no art. 8º, § 2º desta IN não têm relação com o presente objeto, quais sejam, os serviços de licenciamento de software e serviços agregados, solução de autenticação para serviços públicos digitais; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software; infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre e sala segura; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet.
- 1.9. Em conformidade com o art. 4º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o objeto da contratação não envolve avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC.
- 1.10. O objeto desta contratação destina-se ao atendimento das necessidades internas do IBGE, não se tratando de oferta digital de serviços públicos, portanto, não se aplica o disposto no Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 (Plataforma de Cidadania Digital).
- 1.11. A contratação almejada não está contemplada nos termos da Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022, que instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização.
- 1.12. Não se aplica o disposto na Instrução Normativa nº 94/2022, sobre Catálogo de Soluções TIC (PMC-TIC)

[¹] Projeto RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo) - <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html?=&t=o-que-e>

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se para atender as necessidades de serviços a serem prestados por informações disponibilizadas pelo IBGE através das estações RBMC, nesta contratação com um total de 16 estações geodésicas, com gerenciamento pela DGC - Diretoria de Geociências, e, Coordenação DGC/CGED que figura como área demandante. Demais Informações relevantes a que se refere o serviço prestado disponível através da URL:

<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/metodos-e-outros-documentos-de-referencia/outros-documentos-tecnicos-geo/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html?edicao=16276&t=o-que-e> >

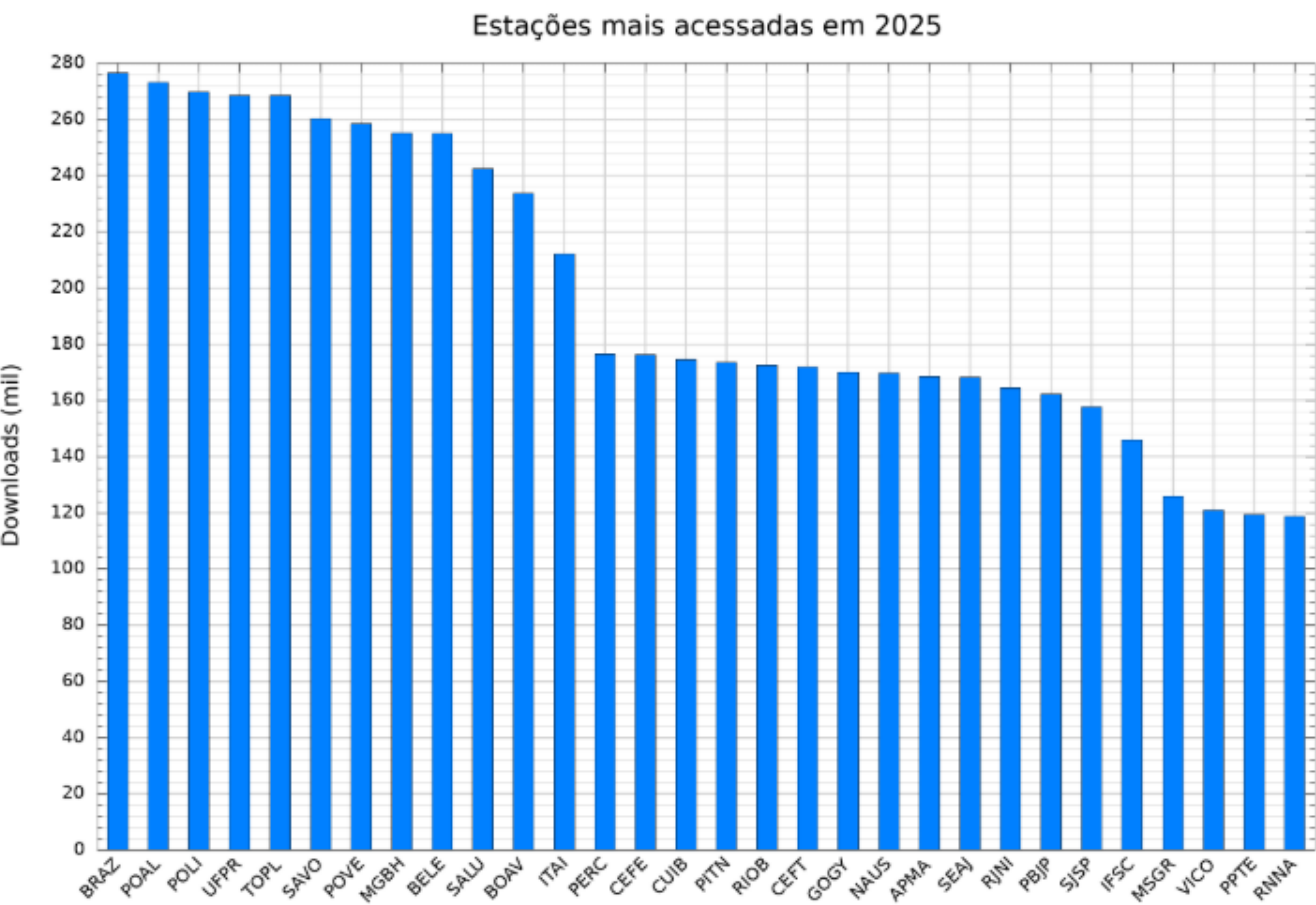
2.2. Resultados e benefícios a serem alcançados:

- 2.2.1. Atendimento de necessidades finalísticas da área de Geodésia da Diretoria de Geociências do IBGE.
- 2.2.2. Garantir a celeridade, confiabilidade, continuidade operacional e cumprimento de metas Institucionais e Estratégicas do IBGE;
- 2.2.3. Racionalizar custos operacionais da RBMC;
- 2.2.4. Manutenção da credibilidade institucional junto à sociedade e órgãos parceiros nos projetos institucionais da geodésia.

2.3. Sua relevância poderá ser mensurada através do gráfico abaixo que indica as estatísticas de Uso do serviço:

Estatísticas de uso

Estatísticas de uso - RBMC



2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 333787094000140-0-000019/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 60;
- IV) Classe/Grupo: 142 - SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 114601-17/2026;
- VI) DFD nº 39/2025.

2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024/25 do IBGE, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1	Objetivo Estratégico nº 1 do Plano Estratégico institucional 2017-2025

ALINHAMENTO AO PDTIC 2023/2024

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
3	Assegurar que os projetos institucionais tenham simetria e nivelamento tecnológico quanto aos equipamentos e sistemas, padronizando a infraestrutura e os sistemas de TIC em uso.	OE-18	Prover ambiente tecnológico adequado e seguro

2.6. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em viabilizar a comunicação das estações geodésicas (Projeto RBMC) com a Internet e rede do IBGE. Suprir ausência ou deficiência de infraestruturas locais de comunicação de dados para as estações geodésicas. Possibilitar o atendimento presencial (on-site) e remoto com central disponível 24x7x365, no caso de falhas ou indisponibilidade dos serviços. Necessária a garantia mínima de parâmetros de qualidade dos acessos, como banda de transmissão, tempo máximo de delay, taxa de erros de transmissão e disponibilidade do serviço.

3.3. A presente contratação visa à continuidade dos serviços de comunicação por satélite nestas localidades, devido ao fim do contrato atual SICON 052/2020. O IBGE pretende, com uma nova contratação, a disponibilização ou modernização de tais serviços que são indispensáveis e de natureza continuada, para os trabalhos institucionais das estações geodésicas do IBGE em suas pesquisas, em especial para o Censo Agro.

3.4. Conforme descrito no subitem 3.1 do Estudo Técnico Preliminar, compete ao IBGE o estabelecimento e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), conforme Decreto nº 89.817/1984. À Coordenação de Geodésia cabe planejar, organizar e executar estudos e levantamentos geodésicos, assegurando a atualização e disseminação das informações que sustentam a infraestrutura geoespacial do país, em consonância com o Plano Geral de Informações Geográficas e Estatísticas.

Nesse contexto, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) constitui a principal rede de referência do SGB, composta atualmente por 151 estações operando de forma contínua, com dados GNSS utilizados em aplicações de georreferenciamento de precisão, obras de infraestrutura, agricultura de precisão, navegação aérea, terrestre e marítima, além de estudos científicos em geodinâmica, clima e ionosfera.

Para garantir a operação ininterrupta da RBMC e a disponibilização diária de seus dados à sociedade, torna-se essencial a contratação de serviços de enlaces de telecomunicações, que assegurem conectividade estável e segura para a transmissão dos dados das estações ao IBGE.

3.5. Trata-se de uma única Solução de TIC, qual seja, a aquisição de uma solução de comunicação à Internet via enlace satelital para as estações RBMC espalhadas em localidades definidas pela área demandante DGC/CGED /GRRP, com características específicas conforme descrito no Anexo I-A, especificação técnica. A contratação acontecerá em grupo único, conforme uma série de requisitos já descritos no Estudo técnico preliminar e repetidos neste termo de referência, como exemplo: Controle de complexidade, com uma gestão centralizada de todos os locais por uma única solução; Necessidades de alterações de endereço e ajustes na forma de prestação de serviços por conta dos requisitos descritos no Anexo I-A; Maior controle por SLA (Níveis de prestação de Serviços) e os devidos atestes visando a qualidade da prestação de serviços por estação RBMC.

3.6. Muitos municípios dispõem de infraestrutura de comunicação de bom desempenho e custo reduzido, como tecnologias xDSL, fibra ótica, cabo ou afins, porém existem municípios que o único serviço de comunicação com a Internet e, conseqüentemente com a Rede Corporativa do IBGE, são os enlaces satelitais, nos quais são utilizadas antenas de abertura limitada, instaladas no endereço da agência ou das estações geodésicas, porém, neste último caso, são utilizados em sua maioria uma parceria para uso das instalações militares do Exército Brasileiro (na Região Norte do País) ou em outras Instituições. Esta modalidade de serviço é atendida pela tecnologia de acesso satelital em banda ka.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. O processo de contratação se dará por Pregão Eletrônico, pois o IBGE possui os endereços dos locais onde deverão ser instaladas os serviços de comunicação satelital para as estações geodésicas conforme descrito neste termo de referencia. A demanda se faz necessária para que não haja interrupção da prestação dos serviços tendo em vista o contrato emergencial vigente.

4.1.2. A contratação deverá ser por grupo único;

4.1.3. A Contratada deverá disponibilizar os recursos necessários de infraestrutura e de pessoal necessários para a execução dos serviços;

4.1.4. Contratada deverá designar responsável para o acompanhamento do contrato e para garantir os serviços de acordo com as necessidades do IBGE.

Requisitos de Capacitação

4.3. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.5. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas /adaptativa/evolutiva** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.5.1. Os serviços de atualização, manutenção e assistência técnica on-site deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviço definidos neste Termo de Referência;

4.5.2. Os atendimentos deverão ser prestados pela CONTRATADA por técnico devidamente capacitado e qualificado para executar as atividades.

4.5.3. Os serviços deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TIC do IBGE.

Requisitos Temporais

4.6. Os serviços devem ser prestados de acordo com os prazos indicados no subitem 8.4.2 .

4.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.8. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Resposta a solicitação de reparo	(02) horas	(04) horas
Tratamento de indisponibilidade de acesso	(01) dia	(03) dias

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e alinhado a Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE, de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC (Política de Segurança da Informação e Comunicação do IBGE) é um documento público que pode ser consultado em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295285>.

4.10.1. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência, Edital e no Contrato.

4.10.2. A CONTRATADA responderá por qualquer demanda em relação aos direitos patrimoniais dos seus empregados, não havendo qualquer responsabilidade da contratante e, no caso eventual de imputação de responsabilidade ao IBGE, na via judicial, a CONTRATADA arcará com o pagamento dos valores.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.11.1. De acordo com o art. 16, inciso I, alínea “g” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais definem os requisitos que a Solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

4.11.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa STI nº 01/2010, de 19 de janeiro de 2010, art. 6º, da SLTI /MPOG.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.14.1. Os serviços contratados serão instalados em locais não-ibge e/ou locais-ibge (Agências), como instalações da União para abrigar as estações geodésicas (RBMC) do IBGE. A especificação técnica da Solução está no Anexo I-A deste Termo de Referência. Quando da demanda, serão sempre priorizados pelo IBGE, aquele de menor custo ao órgão.

4.14.2. A infraestrutura requerida para a implementação da solução envolve aspectos institucionais relacionados à existência de acordos de cooperação técnica com entidades parceiras e de TIC, no tocante a existência de conexão segura para transmissão dos dados rastreados pelos receptores à central de processamento. A infraestrutura de processamento e divulgação dos dados geocientíficos aos usuários finais é de responsabilidade do próprio IBGE. Isso posto, soluções de gerenciamento de redes GNSS não farão parte do objeto desta contratação.

Requisitos de Implantação

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.15.1. Os serviços contratados deverão ter sua instalação agendada pela Contratada diretamente com a localidade.

4.15.2. Todos os serviços contratados deverão estar disponíveis para ativação imediata em até 30 (trinta) dias.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.16. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Requisitos de Experiência Profissional

4.17. Os serviços de garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação desses serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.18. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.19. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.20. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.21. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 05 dias por semana por via telefônica.

4.22. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante quando em ambientes/instalações do IBGE;

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.23. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.24. Os requisitos de segurança da informação e privacidade tem previsão no art. 16, inciso II, alínea “i” da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, os quais estão alinhados conforme descrito no item 4.12 com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.

4.25. No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide Seção 7 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022).

4.26. Algumas categorias de requisitos de segurança da informação e privacidade são: implementação e manutenção de controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação; implementação de controles de acesso; implementação de controles necessários para o registro de eventos e incidentes de segurança da informação e privacidade; implementação e manutenção de controles específicos para registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação e privacidade; implementação de medidas de salvaguarda para os logs; procedimentos e controles adequados para compartilhamento, uso e proteção da informação e os casos de compartilhamento de informações com terceiros; execução periódica de análise de vulnerabilidades na Solução de TIC; implementação de mecanismos de segurança da informação e privacidade relativos à Internet das Coisas (IoT), diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro, etc.

Vistoria

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.28. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.28.1. Este Termo de Referência assim como os Estudos Técnicos Preliminares estão alinhados com o Plano Diretor de Logística Sustentável, Plano de Contratações Anual além de outros instrumentos de planejamento da Administração, de acordo com o art. 7º da IN Seges/ME nº 81, de 2022, e art. 7º, da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022, combinado com o art. 42 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

4.28.2. Nos termos da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, o Plano Diretor de Logística Sustentável é instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Destaque-se ainda que de acordo com o artigo 8º, §1º, III, da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 2021, o Plano Diretor de Logística Sustentável deverá nortear a elaboração dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

4.28.3. No âmbito da sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Subcontratação

4.29. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.30. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.31. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.31.1. De acordo com o art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço do grupo deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 30 dias da assinatura do contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados nos endereços descritos no anexo I-B;

6.3. Os serviços serão prestados 24 horas por dia, 7 dias por semana. Serviços de manutenção serão prestados em horário comercial.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1 De acordo com o art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço do grupo deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. O volume de serviços demandados, esta relacionado a prestação do serviço da contratada e a devida implantação das antenas satelitais nos locais das estações RBMC, nas cidades descritas no anexo que indica a localização das estações atuais.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados (solução disponibilizada pela Contratada);

V) E-mails e Cartas;

VI) NetMeetings - Via Microsoft Teams (Baseado no Office 365);

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I-D.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 07 (sete) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Validação Mensal da área requisitante (DGC/CGED) dos serviços prestados;

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual não requer outras rotinas.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, análogo ao IMR (Instrumento de Medição de Resultado).

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados,

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Índice de disponibilidade para os Itens de prestação de serviços inferiores a 99,6% do período mensal, glosa do valor mensal equivalente ao percentual de indisponibilidade observado sobre o valor unitário dos equipamentos afetados.

8.4.2. Tempo de atendimento inicial para solicitações de suporte ou gestão, correspondente aos itens de prestação de serviços, superior a 04 horas, multa de 1% do valor mensal por ocorrência, limitado a 10% do valor mensal, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

8.4.3. Tempo para substituição de equipamento com defeito, dependerá do quão distante estará da capital do estado ou de uma agência do IBGE (de Município):

- Acima de 100km = 04 dias úteis;
- Acima de 200 km = 07 dias úteis;
- Dentro do raio de até 100km = 02 dias úteis;

8.4.3.1. Com entrega e recolhimento (após substituição) sempre nas capitais/agências ou Unidades Estaduais do IBGE.

8.4.4. Para todos os Itens, qualquer falha ou funcionamento parcial da solução, que provoque interrupções ou impacto ao IBGE, será considerado como indisponibilidade do serviço para efeito dos cálculos acima indicados..

8.4.5. Especificamente para os itens de prestação de serviços será considerada indisponibilidade do acesso valores acima dos aceitáveis abaixo indicados:

Ping (RTT)

1. Ideal: Abaixo de 150 ms
2. Aceitável: Até 300 ms (no caso de satélite 600 ms)

Jitter (variação do atraso)

1. Ideal: Abaixo de 15 ms
2. Aceitável: Abaixo de 30 ms

Perda de pacotes

1. Ideal: Abaixo de 2%
2. Aceitável: Abaixo de 5%

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Não serão adotados procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (índice de Custos de Tecnologia da Informação).

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de atualização da pesquisa e do orçamento estimado, em 15/03/2026.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 04 horas úteis.	Multa de 0,1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 30 dias úteis.
		Após o limite de 30 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços	Multa de 0,3% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 15 dias úteis.

	contratuais por dia e por unidade de atendimento;	Após o limite de 15 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
		Glosa proporcional ao período de indisponibilidade do serviço afetado, quando o pagamento do item é mensal.
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	Multa de 0,3 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 15 dias úteis.
		Após o limite de 15 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
5	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	Multa de 0,3 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 30 dias úteis.
		Após o limite de 30 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
6	Descumprir qualquer prazo ou requisitos de regulação da ANATEL para os serviços contratados.	Multa de 0,1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 30 dias úteis.
		Após o limite de 30 dias úteis, aplicar-se-á multa de 5 % do valor total do Contrato.
7	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10 % do valor total do Contrato. A aplicação das Sanções não interferem nas aplicações de glosas das demais medidas de fiscalização e controle previstas em todo o documento.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- 9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (meio por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global, considerando a possibilidade de estimar, com adequado nível de precisão, as especificações e quantitativos do serviço objeto da presente contratação.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de provimento de serviço da atividade de prestação de serviços SCM, expedido por ANATEL nos termos da PGO (Plano Geral de Outorgas) nº 720/2020;

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de **10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.**
- 10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico

10.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços de comunicação satelital em banda Ka ou baixa órbita em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.31.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.40.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.40.6.1. ata de fundação;

10.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$1.530.881,80 (um milhão quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos), para 05 (cinco) anos de contrato, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 114601;

- II) Fonte de Recursos: 100/305;
- III) Programa de Trabalho: 225271, 225270, 229090, 249585 e 249583;
- IV) Elemento de Despesa: 33904013 e 33904022;
- V) Plano Interno: INFO, INFRA, PESQUISA, 12CENSOAGRO e CENSOPSR e GEOCIENCIAS.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas:

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Implantação dos enlaces satelitais	até 45 dias após a termo contratual assinado ou emissão de Ordem de Serviço por localidade.	100% do valor contratual para todos os itens.
Disponibilização do serviço	até 01 dia útil da implantação	Não se aplica
Utilização e ateste do serviço prestado	até 02 dias úteis da implantação	Não se aplica

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>Guiderlan Lemos Mantovani</div> <div>Gerente de Redes de Referência Planialtimétrica</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>Marcio R. Galhano</div> <div>Gerente de Infraestrutura de Redes</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>Antonio Agra Lopes Neto</div> <div>Gerente de Planejamento e Gestão</div>
---	---	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div>Marcos Vinicius Ferreira Mazoni</div> <div>Diretor TI</div>

Aprovo,

Na data da assinatura eletrônica

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Conforme SGD/ME IN94/2022

MARCIO ROBERTO GALHANO
Equipe de apoio

Despacho: Conforme SGD/ME IN94/2022

EDUARDO DA COSTA DA SILVA
Integrante Técnico

Despacho: Área demandante

GUIDERLAN LEMOS MANTOVANI
Integrante Requisitante



Documento assinado eletronicamente por MARCIO ROBERTO GALHANO, Gerente Nível II, em 27 de Maio de 2026, às 12:52:51, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 858848331909777547 e o código CRC 3EDDC9E6.



Documento assinado eletronicamente por GUIDERLAN LEMOS MANTOVANI, Gerente Nível I, em 1 de Junho de 2026, às 15:07:19, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 5162036434269192924 e o código CRC E3610F80.



Documento assinado eletronicamente por BRUNO GONCALVES SANTOS, Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, em 1 de Junho de 2026, às 18:25:19, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 3257546298888599665 e o código CRC DC90BF20.



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO DA COSTA DA SILVA, Gerente Nível II, em 2 de Junho de 2026, às 08:40:55, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1350852368403512856 e o código CRC 214AD5F5.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI, Diretor, em 2 de Junho de 2026, às 16:32:36, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 8401773734050643210 e o código CRC F95AAEB5.

ANEXO I-A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de comunicação multimídia via link satelital do tipo VSAT banda Ka (GEO) ou, alternativamente, via satélite de baixa órbita (LEO), conforme disponibilidade técnica e operacional da solução ofertada, para atendimento às necessidades de comunicação de dados das estações geodésicas (Projeto RBMC[1]) do IBGE, localizadas em diversos municípios do território nacional, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo.

2. Definição das quantidades:

Grupo	Id.	Descrição do Serviço	Código CATSER	Qtd	Métrica ou Unidade
1	1	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Humaita/SES-AM	26557	20	Mbps
	2	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Humaita/SES-AM	26166	01	Unidade
	3	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Tefé/SES-AM	26557	20	Mbps
	4	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Tefé/SES-AM	26166	01	Unidade
	5	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Coari/SES-AM	26557	20	Mbps
	6	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Coari/SES-AM	26166	01	Unidade

	7	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Manaus/SES-AM	26557	20	Mbps
	8	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Manaus/SES-AM	26166	01	Unidade
	9	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação São Gabriel da Cachoeira/SES-AM	26557	20	Mbps
	10	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação São Gabriel da Cachoeira/SES-AM	26166	01	Unidade
	11	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Parintins/SES-AM	26557	20	Mbps
	12	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Parintins/SES-AM	26166	01	Unidade
	13	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação IFAM-Tabatinga/SES-AM	26557	20	Mbps
	14	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação IFAM-Tabatinga/SES-AM	26166	01	Unidade

	15	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Porto de Santana/SES-AP	26557	20	Mbps
	16	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Porto de Santana/SES-AP	26166	01	Unidade
	17	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Macapa/SES-AP	26557	20	Mbps
	18	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Macapa/SES-AP	26166	01	Unidade
	19	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Belém/SES-PA	26557	20	Mbps
	20	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Belém/SES-PA	26166	01	Unidade
	21	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Itaituba/SES-PA	26557	20	Mbps
	22	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Itaituba/SES-PA	26166	01	Unidade
	23	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Boa Vista/SES-RR	26557	20	Mbps

	24	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Boa Vista/SES-RR	26166	01	Unidade
	25	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Floriano/SES-PI	26557	20	Mbps
	26	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Floriano/SES-PI	26166	01	Unidade
	27	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Porto Velho/SES-RO	26557	20	Mbps
	28	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Porto Velho/SES-RO	26166	01	Unidade
	29	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Salvador-Cap dos Portos/SES-BA	26557	20	Mbps
	30	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link Via Satélite – estação Salvador-Cap. Dos Portos/SES-BA	26166	01	Unidade
	31	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka – estação Pau dos Ferros/SES-RN	26557	20	Mbps
	32	Taxa Única de Instalação do Serviço de Link	26166	01	Unidade

		Via Satélite – estação Pau dos Ferro/SES-RN			
--	--	---	--	--	--

3. A execução dos serviços ocorrerá na forma que segue:

3.1. Itens 1 e 2 – Serviço de solução satelital, visando prover a comunicação de dados para Pontos de Presença (PEPs) do IBGE, localizados em todo o território brasileiro, com antenas fixas (VSAT) - para diversos municípios brasileiros. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 3.3.1 A rede de comunicação VSAT deverá ser dimensionada de forma a possibilitar que todas as estações remotas tenham a capacidade de enviar “rajadas” de tráfego até o limite da sua velocidade máxima, desde que haja banda disponível na rede.
- 3.3.2 Cada enlace satelital fixo (VSAT) de banda ka deverá ser capaz de transmitir dados a uma taxa mínima entre 2 e 20 Mbps em upload e de no mínimo, 1 a 2 Mbps em download;
- 3.3.3 Os acessos por VSAT em banda ka, se possuírem franquia de dados consumidos, esta deve ser igual ou superior à 100 GB, para cada acesso, individualmente, não podendo o acesso ser interrompido ao término da franquia, sendo admissível apenas uma redução de velocidade da taxas de download e upload, à valores não inferiores que 10% das taxas contratadas, até o término do ciclo mensal de faturamento. Não poderá haver cobrança por excedentes de consumo de dados.
- 3.3.4 Os PEPs do IBGE serão as estações Geodésicas, devendo todo o seu tráfego ser encaminhado através do Teleporto (HUB) da CONTRATADA, onde devem estar disponíveis os recursos de conexão e roteamento para a Internet e/ou a Rede Corporativa do IBGE (este último no caso do acesso por VSAT em banda ku);
- 3.3.5 A interligação do Teleporto (HUB) da contratada com o CPD-Central (Datacenter) do IBGE (presente apenas no caso do acesso VSAT em banda ku) deverá ser feita através do fornecimento de uma conexão virtual segura de, pelo menos, 3 (três) vezes a banda contratada por unidade, ou seja, de 60 Mbps, a ser estabelecida através de solução de VPN (Virtual Private Network), utilizando protocolos IPSec, integrada ao ambiente de segurança de Internet do IBGE;
 - 3.3.5.1 O Datacenter do IBGE está localizado na rua General Canabarro, 706 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ.
- 3.3.6 A saída de Internet se dará diretamente pelo Teleporto da CONTRATADA, quando couber (mais comum nos casos de acesso em banda ku), com banda suficiente para garantir a velocidade de transmissão contratada

para cada antena, configurado com os recursos de segurança que permitam controlar (filtrar os acessos, fazer traffic shaping e aplicar QoS, gerar relatórios de uso e guardar logs de acesso, visualizar o consumo de banda);

- 3.3.7 O Teleporto, HUB de VSATs em banda ku, da CONTRATADA, utilizado para a prestação dos serviços sendo contratados, deverá estar localizado em território brasileiro, para conformidade com os parâmetros de Segurança da Informação adotados pelo IBGE.
- 3.3.8 Deverá ter suporte para as tecnologias empregadas na Internet, devendo apresentar compatibilidade, ao menos, com os protocolos IPv4, IPv6, TCP, UDP, HTTP, HTTPS, TELNET, FTP, SMTP, POP3, IMAP e SNMP, além de oferecer suporte às seguintes aplicações:
- a) Ambiente WEB e tráfego HTTP/HTTPS;
 - b) Serviço de Transferência de arquivos (FTP);
 - c) Serviços de Correio Eletrônico;
 - d) Remote Desktop (RDP);
- 3.3.9 A solução de comunicação via satélite ofertada deve dispor de requisitos de QoS (Quality of Services), permitindo a atribuição de, pelo menos, quatro níveis distintos de prioridade para os tráfegos dos diferentes tipos de serviço, possibilitando esta classificação por endereço IP de origem/destino e/ou portas TCP/UDP de origem e destino.
- 3.3.10 O endereçamento IP das portas LAN, a ser configurado nos equipamentos disponibilizados em cada PEP, deve ser definido em conjunto com a equipe técnica do IBGE, caso seja solicitado por esta última.
- 3.3.11 O dimensionamento de banda satelital para atendimento ao conjunto de todas as estações remotas (PEPs – Pontos de Presença) deverá atender às especificações de desempenho exigidas neste documento.
- 3.3.12 A CONTRATADA deverá prover serviço de comunicação por satélite, com antena fixa, utilizando a tecnologia VSAT (Very Small Aperture Terminal) em banda ku ou ka, de forma a conectar pontos de presença (PEPs) do IBGE em todo o território.
- 3.3.13 O dimensionamento das estações remotas, quanto ao tamanho das antenas e à potência das ODUs (Out-door Unit) utilizadas, será de total responsabilidade da CONTRATADA e deve levar em conta a disponibilidade mensal e as taxas máximas de download e upload exigidas neste documento.
- 3.3.14 Não serão aceitas soluções que exijam o uso de antenas de diâmetro superior a 1,2 m, por potenciais limitações físicas de alguns locais de instalação (PEPs) do IBGE.
- 3.3.15 Os equipamentos VSAT a serem utilizados no provimento do serviço deverão suportar as seguintes características:

- 3.3.16 Possuir no mínimo 2 (duas) interfaces LAN: Especificação mínima de 10/100 BASE-T (Full Duplex) RJ-45;
- 3.3.17 Suportar o padrão IEEE 802.1q, de forma a permitir a conectividade de diversas VLANs a partir de uma única estação remota;
 - 3.3.17.1 Suportar tráfego de unicast;
 - 3.3.17.2 Aceleração http integrada no equipamento;
 - 3.3.17.3 VLAN Tagging;
 - 3.3.17.4 DHCP Server ou Relay;
 - 3.3.17.5 DNS Caching;
 - 3.3.17.6 Protocolo de gerenciamento SNMP v3;
 - 3.3.17.7 Suportar alimentação AC 110V/220V com chaveamento automático, de 50 até 60Hz;
- 3.3.18 Serviço de solução satelital, a serem providos através de antenas fixas VSAT, para cada endereço das cidades indicados pelo IBGE, de acordo com sua demanda.
- 3.3.19 Possibilidade de mudança de endereço do ponto de acesso, resguardado os prazos previstos neste Edital e seus anexos;
 - 3.3.19.1 Será devido o valor de uma nova instalação, quando da mudança de endereço do ponto de acesso.
- 3.3.20 Possibilidade de mudança do local do ponto de acesso no mesmo endereço.

ANEXO I-B

ENDEREÇOS DOS PONTOS DE PRESENÇA PARA ESTAÇÕES GEODÉSICAS



Contratação de Enlaces para Estações RBMC – Para Consultas a Fornecedores / Solicitações de Proposta Comercial

ITENS A SOLICITAR						
Enlaces para Estações RBMC						
Estação	Local	IP Interno	Contato no Suporte	Referência RW	Endereço Físico	Pessoa de Contato
1	UEA – Humaitá – AM	DHCP	(31) 3508-7070	L06024	Centro de Estudos Superiores de Humaitá – Universidade do Estado do Amazonas – UEA Rua 20 de Março, 2 - São José Humaitá – AM CEP: 69.800-000	André Moura
2	Tefé – AM *	DHCP	Grupo de WhatsApp / Karane UE-AM		Agência do IBGE Praça Santa Tereza, s/n - Centro Tefé – AM CEP: 69.470-000/	Moisés Lopes
3	Porto de Santana – AP	DHCP	(31) 3508-7070	L05725	Porto de Santana Rua Cláudio Lúcio Monteiro, 1380 - Novo Horizonte Santana – AP CEP: 68.925-000	Eliandro Ronael
4	Belém – PA	DHCP	(31) 3508-7070	L06026	Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM – Centro Regional de Belém Av. Júlio César, 7060 - Val de Cans Belém – PA CEP: 66.617-420	Ademir Alberto Souto de Jesus
5	Boa Vista – RR	DHCP	(31) 3508-7070	L05727	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Boa Vista – DTCEA de Boa Vista – Aeroporto Internacional de Boa Vista Praça Santos Dumont, 100 Boa Vista – RR CEP: 68.925-000	Sargento Pedrosa
6	Coari – AM *	DHCP	Grupo de WhatsApp / Karane UE-AM		Agência do IBGE Rua 2 de Agosto, 337 - Tauá Mirim Coari – AM CEP: 69.460-000	Alessandro de Araújo
7	Macapá – AP	DHCP	(31) 3508-7070	L05726	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo do Macapá – DTCEA Macapá Rod. Duque de Caxias - Via 16, s/n - Ramal do Azevedo Macapá – AP CEP: 68.906-647	Eliandro Ronael
8	Manaus – AM		(31) 3508-7070	L05654	Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM – Centro Regional de Manaus Av. do Turismo, 1350 - Tarumã Manaus – AM CEP: 69.041-010	Alton Cortez
9	Itaituba – PA	DHCP	(93) 9244-9882 / (93) 9144-2140 WhatsApp		53º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva Estr. do Quinquagésimo Terceiro BIS, s/n - Bom Jardim Itaituba – PA CEP: 68.181-470	53º BIS - 1ª Seção
10	Floriano – PI	DHCP	(31) 3508-7070	L06027	Universidade Federal do Piauí – UFPI Rod. BR-343 - Km 3,5 - Meladão Floriano – PI CEP: 64.808-605	Dra. Edmilsa Santana / Benedito Rodrigues
11	Porto Velho – RO	DHCP	(31) 3508-7070	L05728	SIPAM – Centro Regional de Porto Velho – Aeroporto de Porto Velho Av. Lauro Sodré, 6500 Porto Velho – RO CEP: 76.803-260	Apolônio Inácio de Oliveira
12	São Gabriel da Cachoeira – AM	DHCP	(31) 3508-7070	L06025	DTCEA de São Gabriel da Cachoeira Sítio do Radar, s/n São Gabriel da Cachoeira – AM CEP: 69.750-000	Tenente Elcimar
13	Salvador - Capitania dos Portos – BA	DHCP	Nilton – GGC/BA		Capitania dos Portos de Salvador Av. das Naus, s/n - Comércio Salvador – BA CEP: 40.015-270	Nilton de Souza Ribas
14	UFAM – Parintins – AM	DHCP	(31) 3508-7070	L07052	Campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – Parintins Estr. Parintins-Macurany, 1805 - Jacareacanga Parintins – AM CEP: 69.152-240	Fábio de Oliveira
15	IFAM – Tabatinga – AM	DHCP	(31) 3508-7070	L07051	Campus do Instituto Federal do Amazonas – IFAM Rua Santos Dumont, s/n - Vila Verde Tabatinga – AM CEP: 69.640-000	Ronisonicley Conde da Rocha
16	Pau dos Ferros – RN	DHCP	(31) 3508-7070	L07053	Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – Pau dos Ferros – Bloco 1 Rodovia BR-405 - Altura do Km 153 - Arizona Pau dos Ferros – RN CEP: 59.900-000	Prof. Franklin Roberro Costa / Prof. Agassiet de Medeiros Alves

* Estações em Agência IBGE

ANEXO I-C
TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p> <p>Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO I-D

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e

outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua

concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>	<div><div></div><div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div></div>
TESTEMUNHAS	
<div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>	<div><div></div><div><Nome> <Qualificação></div></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Estudo Técnico Preliminar 35/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 03603.000099/2025-13

2. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

3. Descrição da necessidade

1. [enlaces para Estacoes RBMC] Compete ao IBGE o estabelecimento e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), conforme Decreto nº 89.817/1984. À Coordenação de Geodésia cabe planejar, organizar e executar estudos e levantamentos geodésicos, assegurando a atualização e disseminação das informações que sustentam a infraestrutura geoespacial do país, em consonância com o Plano Geral de Informações Geográficas e Estatísticas.

Nesse contexto, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC) constitui a principal rede de referência do SGB, composta atualmente por 151 estações operando de forma contínua, com dados GNSS utilizados em aplicações de georreferenciamento de precisão, obras de infraestrutura, agricultura de precisão, navegação aérea, terrestre e marítima, além de estudos científicos em geodinâmica, clima e ionosfera.

Para garantir a operação ininterrupta da RBMC e a disponibilização diária de seus dados à sociedade, torna-se essencial a contratação de serviços de enlaces de telecomunicações, que assegurem conectividade estável e segura para a transmissão dos dados das estações ao IBGE.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DGC/CGED/GRRP	Guiderlan Lemos Mantovani

5. Necessidades de Negócio

1. Sustentar a infraestrutura para provimento de comunicação às estações geodésicas RBMC.
2. Manutenção da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas - GNSS.

3. Permitir a comunicação de dados e a extração destes a partir da solução a ser contratada

6. Necessidades Tecnológicas

1. Necessário a garantia de parâmetros mínimos de qualidade dos acessos, como banda de transmissão, tempo máximo de delay (atrasos), taxa de erros e disponibilidade do serviço;
2. Suprir ausência ou deficiência de infraestruturas locais de comunicação para as estações geodésicas.
3. Possibilidade de atendimento presencial (on-site) e remoto com central disponível 24 horas, no caso de falhas ou indisponibilidade dos serviços.
4. Aderente as políticas de Segurança do Órgão atendendo aos critérios de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade.

7. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

1. Necessário de garantia mínima de parâmetros de qualidade dos acessos, como banda de transmissão, tempo máximo de delay, taxa de erros de transmissão e disponibilidade do serviço.
2. Custo de ativação e manutenção coerente com o tipo de acesso disponível na localidade.
3. Cobrança única para eventos de instalação, quando necessários. Cobrança mensal de valor único para cada tipo de acesso.
4. Possibilidade de mudança de endereço de prestação do serviço.

8. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Para continuidade dos serviços realizados pelo IBGE na região Norte do Brasil em relação às estações geodésicas, no que se refere ao projeto RBMC que dependem de infraestrutura de Telecomunicações para acesso à Internet e que com o fim do contrato atual (SICON 033/2015) ficarão sem condições de dar continuidade à projetos institucionais às Unidades locais do IBGE/Estações Geodésicas, em relação ao projeto da Diretoria de Geociências denominado serviço de posicionamento geodésico .

A distribuição estimada das estações geodésicas, com base na demanda atual por parte da área demandante (DGC/GRRP) é a seguinte:

#	UF	Site	Recurso Atual	Localização
1	AM	Humaita	VSAT	Centro de Estudos Superiores de Humaitá – Universidade do Estado do Amazonas – UEA Rua 20 de Março, 2 - São José Humaitá – AM CEP: 69.800-000
2	AM	Tefé	Dependente da SES/AM	Agência do IBGE Praça Santa Tereza, s/n - Centro Tefé – AM CEP: 69.470-000/
3	AM	Coari	Não há	Agência do IBGE Rua 2 de Agosto, 337 - Tauá Mirim Coari – AM CEP: 69.460-000
4	AM	Manaus	VSAT	Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM – Centro Regional de Manaus Av. do Turismo, 1350 - Tarumã Manaus – AM CEP: 69.041-010
5	AM	São Gabriel da Cachoeira	VSAT	DTCEA de São Gabriel da Cachoeira Sítio do Radar, s/n São Gabriel da Cachoeira – AM CEP: 69.750-000
6	AM	Parintins	VSAT	Campus da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – Parintins Estr. Parintins-Macurany, 1805 - Jacareacanga Parintins – AM CEP: 69.152-240
7	AM	Tabatinga	VSAT	Campus do Instituto Federal do Amazonas – IFAM Rua Santos Dumont, s/n - Vila Verde

				Tabatinga – AM CEP: 69.640-000
8	AP	Porto de Santana	VSAT	Porto de Santana Rua Cláudio Lúcio Monteiro, 1380 - Novo Horizonte Santana – AP CEP: 68.925-000
9	AP	Macapá	VSAT	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo do Macapá – DTCEA Macapá Rod. Duque de Caxias - Via 16, s/n - Ramal do Azevedo Macapá – AP CEP: 68.906-647
10	PA	Belem	VSAT	Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM – Centro Regional de Belém Av. Júlio César, 7060 - Val de Cans Belém – PA CEP: 66.617-420
11	PA	Itaituba	Não Há	53º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva Estr. do Quinquagésimo Terceiro BIS, s/n - Bom Jardim Itaituba – PA CEP: 68.181-470
12	RR	Boa Vista	VSAT	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Boa Vista – DTCEA de Boa Vista – Aeroporto Internacional de Boa Vista Praça Santos Dumont, 100 Boa Vista – RR CEP: 68.925-000
13	PI	Floriano	VSAT	Universidade Federal do Piauí – UFPI Rod. BR-343 - Km 3,5 - Meladão Floriano – PI CEP: 64.808-605
14	RO	Porto Velho	VSAT	SIPAM – Centro Regional de Porto Velho – Aeroporto de Porto Velho Av. Lauro Sodré, 6500 Porto Velho – RO CEP: 76.803-260
15	BA	Salvador - Capitania dos Portos	Não Há	Capitania dos Portos de Salvador Av. das Naus, s/n - Comércio Salvador – BA CEP: 40.015-270
16	RN	Pau dos Ferros	VSAT	Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – Pau dos Ferros – Bloco 1 Rodovia BR-405 - Altura do Km 153 - Arizona Pau dos Ferros – RN CEP: 59.900-000

Tabela 1- Tabela de distribuição de cada estação geodésica em funcionamento ou não via tecnologia VSAT da região Norte do Brasil.

9. Levantamento de soluções

O IBGE busca sempre reduzir os custos com a operação Censitária. Portanto, as Unidades Estaduais procuram obter locais cedidos sem custos para montagem dos postos ou subáreas. Ocorre que, trata-se de um processo custoso e nem sempre o local definido ou obtido para montagem do posto dispõe da infraestrutura de telecomunicações necessárias à operação.

Nestes casos, é necessário contratar circuitos de comunicação com a Internet, cuja tecnologia disponível irá depender da localidade da agencia, da estação RBMC e/ou Posto ou Subárea. Portanto, para garantir que seja possível instalar circuitos de comunicação nas diversas localidades onde serão necessários, devem ser analisadas as tecnologias de comunicação hoje disponíveis nos municípios Brasileiros.

Hoje em dia, muitos municípios já são atendidos por acessos banda larga à Internet, via cabo, por tecnologias como xDSL, fibra ótica, *cable modem*, entre outras. Naqueles em que este tipo de tecnologia ainda não está disponível, a possibilidade será a utilização de acessos satelitais.

Foram realizadas consultas às unidades estaduais referentes aos endereços (CEPs) de cada estação RBMC conforme lista que foi repassada pela área demandante, DGC/CGED/GRRP. Porém, devido à diversidade das soluções de conectividade e/ou à falta delas - que divergiam das necessidades correntes, conforme definido na especificação técnica do termo de referência -, os valores das localidades que responderam à pesquisa foram utilizados apenas para tabulação e validação de um valor de referência no mapa de preços gerado. Dessa forma, não foi possível considerar as consultas às unidades como uma solução viável, via conexão de banda larga por cabo, para atender à demanda de conectividade das estações RBMC.

8.1. Identificação das Soluções

Id	Descrição da Solução (ou cenário)
1	Acesso Internet banda larga terrestre, via cabo
2	Acesso banda larga satelital fixo

10. Análise comparativa de soluções

O acesso à Internet via cabo (solução 1) é normalmente o de menor custo e maior qualidade no acesso, pois sofre menos com interferências, perdas e delays (atraso na propagação dos sinais). Porém, por haver dependência de infraestrutura local do IBGE no CEP onde o acesso é demandado, muitas localidades brasileiras não possuem este tipo recurso. Foram consultados todas as unidades do IBGE envolvidas com a localização (CEP) da necessidade de infraestrutura de acesso para as estações geodésicas RBMC (em anexo), porém os resultados destas consultas não atendem a demanda, pois desviam do requisito técnico necessário, conforme descrito no termo de referência. Além disso, a descentralização da contratação dificulta a gestão do serviço de conectividade, que é amplamente necessário para o sucesso do serviço prestado pelo IBGE, no caso da DGC/CGED/GRRP à sociedade e demais instituições internacionais e Brasileiras.

Os acessos satelitais do tipo fixo (solução 2) geralmente possuem o maior custo e são indicados apenas para localidades ou situações em que nenhum outro tipo de recurso, como os já mencionados esteja disponível, ou quando, por questões de requisito, a demanda necessita de uma gestão centralizada do serviço, que é o caso. Além do custo, os acessos satelitais possuem alto delay (tempo de propagação), o que atualmente, já não é mais um consenso, dependendo do tipo de solução de acesso satelital ou de baixa órbita . Quanto ao acesso satelital ou de baixa órbita, com o aumento dos modelos e tipos disponíveis no mercado, o custo diminuiu, tornando-o competitivo e vantajoso para áreas com baixa disponibilidade de soluções de acesso e que consideram a especificidade de cada endereço/local. Portanto, no levantamento de preços para a solução de conectividade desta modalidade percebe-se divergências de preços para cada local.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

Das duas soluções que foram analisadas, a solução de acesso baseada em STFC banda larga por localidade, ou seja, pelo CEP de cada estação geodésica foi realizada a partir de consulta junto às SES - Superintendências Estaduais, e conforme descrito no item/tópico anterior, tais consultas foram anexadas neste documento e o registro deste tipo de solução foi considerada inviável, por não atenderem aos requisitos descritos no termo de referência, além do fato da heterogeneidade da gestão de acesso, o que levaria a uma complexidade e sua impossibilidade de gestão do serviço de forma centralizada.

Portanto, considera-se viável soluções de acesso à Internet de baixa órbita ou satelital em banda ka (solução 2), ou outro modelo de acesso satelital para prover a conectividade necessária para as estações RBMC geridas pela DGC/CGED/GRRP .

12. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE

Solução Viável 1
Custo Total de Propriedade - Memória de Cálculo
<p>Não desenvolvido por não ter sido possível na pesquisa de mercado junto as localidades (unidades do IBGE - SES (Superintendências Estaduais)) conseguir propostas e/ou informações suficientes para tabulação de mercado a nível de comparação de preços além da complexidade para demais fatores necessários para a demanda, como gestão centralizada da prestação de serviços. Tendo a demanda para atendimento das estações geodésicas que estão em diversas cidades pela região Norte e Nordeste do País, os valores levantados não puderam ser minimamente considerados para desenvolvimento de um TCO como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Custos de Aquisição• Custos de Implementação• Custos Operacionais (Suporte e Manutenção) ao longo da vigência contratual <p>Portanto, foram desconsiderados soluções do tipo STFC em Banda larga via cabo para atendimento da demanda.</p> <p>Como exemplo, segue modelo de solicitação de Custos sobre acessos/enlaces de comunicação das localidades de interesse (CEP que se pretende ter uma estação RBMC) :</p>

Marcio Roberto Galhano

De: Marcio Roberto Galhano
Enviado em: terça-feira, 10 de junho de 2025 13:33
Para: Franklin Mendes Lima; Alexandre Castro Fernandes; Claudenice Laranjeira Dantas; Maria de Fatima dos Santos da Silva; Fabio de Oliveira Cunha; Jones Santa Luzia de Almeida; Andre Moura Pessoa; Moises de Matos Lopes; alessandro.laborda@ibge.gov.br; ailton.cortez@ibge.gov.br; Ronisonsicley Conde da Rocha; Carlos Enock da Silva Martins
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Adelaide Costa Ferreira
Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AM

Prioridade: Alta

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

Caros, boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação de todos deste email, para que consigamos um levantamento de preços em “suas localidades” de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação em futuro próximo de serviços de conexão à Internet para atendimento às estações RBMC nas localidades descritas abaixo.

RBMC = (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – “<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico.html>”)

- Segue abaixo as localidades:
- Humaita (Sr. Andre Moura)
 - Tefé (Sr. Moises Lopes)
 - Coari (Sr. Alessandro de Araujo)
 - Manaus (Sr. Franklin Mendes)
 - São Gabriel da Cachoeira (Sr. Carlos Enock)
 - Parintins (Sr. Fabio Cunha e Sra. Maria de Fatima)
 - Tabatinga (Sr. Ronisonsicley C. Rocha)

Peço-lhes apoio junto a área de Recursos Materiais desta SES-AM sobre contratos vigentes, contatos de fornecedores locais e custos atuais dos serviços de comunicação à Internet destas localidades!?

Desde já agradeço,

Tabulação de Preços referente as 16 (dezesseis) localidades de interesse (Em recortes) - Acesso via STFC(Banda Larga):

Valido/Não-Valido	Localis/O peradoras/Painel de Preços No Pregao	Item_ Pregao	Humaita – UEA / AM		Tefé / AM *		Porto de Santana / AP	
			Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico
1	Custo Repassado pelas SES - Operadoras Locais				0	2298,38		490,00

Localidades - Custo Mensal											
Belém / PA		Boa Vista / RR		Coari / AM *		Macapá / AP		Manaus / AM		Itaituba / PA	
Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico
0		0		0		0		0		0	

Porto Velho / RO		São Gabriel da		Salvador - Capitania		UFAM – Parintins / AM		UFAM – Tabatinga / AM		Pau dos Ferros / RN	
Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico
550,00		0		300,00		2239,54		2298,38		529,00	

Pela tabulação acima, decorre que não foi possível o levantamento de preços para todas as localidade, além do fato ja descrito anteriormente das características necessárias e que através deste tipo de solução, não atende ao requisito descrito no termo de referência.

Custo Total de propriedade - Memória de Cálculo

Conforme o desenvolvimento da pesquisa de mercado junto ao sítio Web do ComprasNet - Paine de Preços foi observado para as regiões Norte e Nordeste do País onde se encontram a maior demanda de pontos de interesse para atendimento às estações geodésicas a melhor solução se enquadra no acesso satelital em Banda Ka, o que foi desenvolvido, e sendo o mesmo modelo atual de prestação serviços de acesso de comunicação para a demanda das estações RBMC, mantendo então o mesmo tipo de prestação de serviços. O que pode ser compreendido através dos gráficos de possíveis fornecedores para as regiões de interesse:

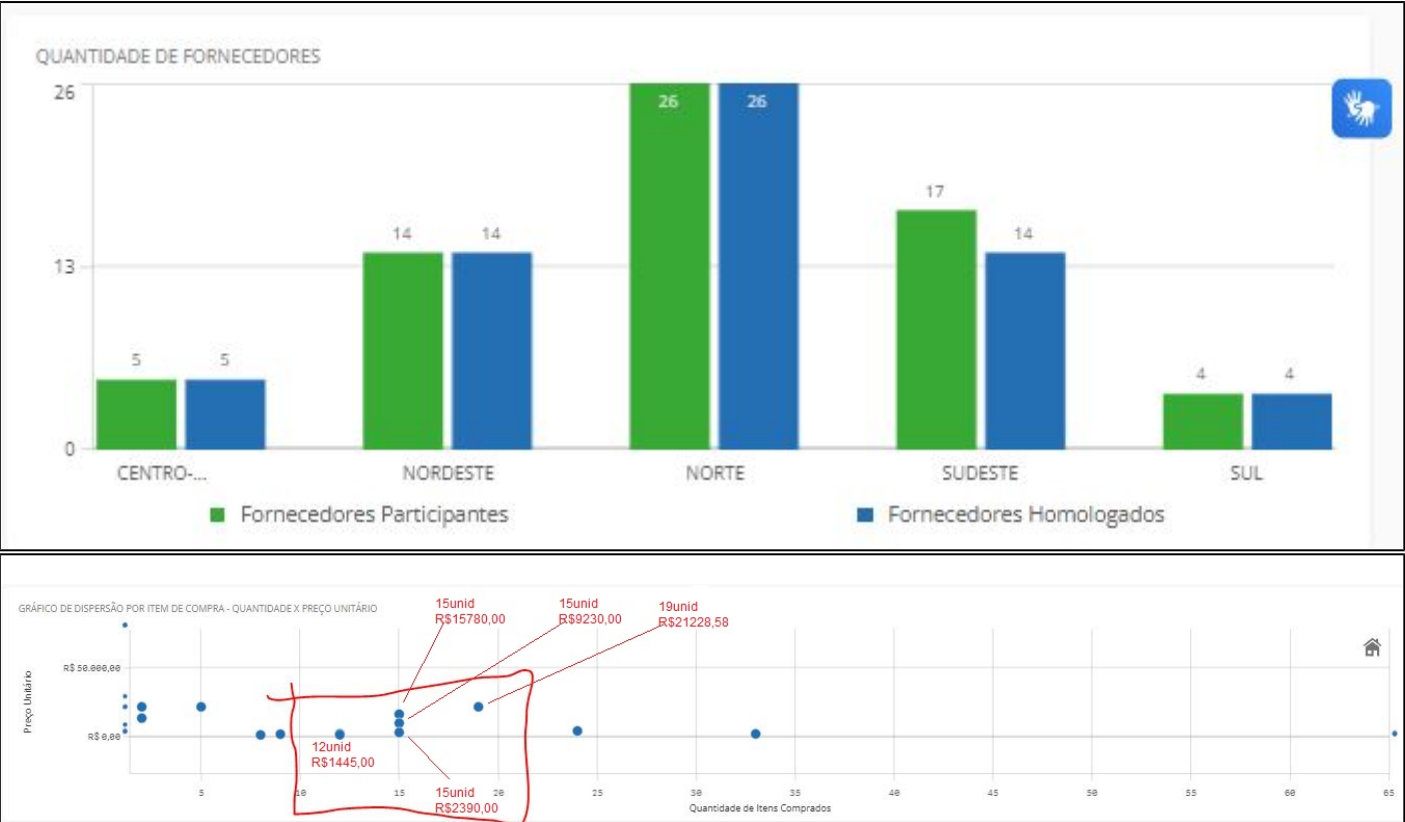


Gráfico por Dispersão referente a quantidade de unidades na mesma grandeza da demanda atual e seus custos.

Tabulação de Preços referente as 16 (dezesesseis) localidades de interesse (Em recortes) - Acesso Satelital:

Valido/Não-Valido	Locais/Operadoras/Painel de Precos NoPregao	Item_Pregao	Humaitá – UEA / AM		Tefé / AM *		Porto de Santana / AP (STFC-BL)	
			Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico
1	Custo Repassado pelas SES - Operadoras Locais			0		2296,38		490,00
1	Rural Web Telecom		5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
0	Hughes			0		0		0
0	Claro			0		0		0
0	Telebras			0		0		0
0	90034/2024	00001		650,00		650,00		650,00
1	90001/2025	00003		1300,00		1300,00		1300,00
1	90005/2025	00001		1445,40		1445,40		1445,40
1	90003/2025	00002		2390,00		2390,00		2390,00
0	90001/2025	00006		3500,00		3500,00		3500,00
0	90003/2024	00001		9230,00		9230,00		9230,00
0	90012/2024	00002		15780,00		15780,00		15780,00
0	90012/2024	00001		21228,58		21228,58		21228,58
Renova_Pesquisa_Marco/26 (Painel de Precos)								
1	160462/2025	18		1500,00		1500,00		1500,00
1	200125/2025	2		979,00		979,00		979,00
1	90079/2025 (Aviso de Contratacao Direta)	1		6990,00		6990,00		6990,00
0	983501/2025	1/G1		105,50		105,50		105,50
0	925129/2025	1		9980,00		9980,00		9980,00

Localidades - Custo Mensal													
Belém / PA		Boa Vista / RR		Coari / AM *		Macapá / AP		Manaus / AM		Itaituba / PA		Florianópolis / PI	
Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço
5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
	0		0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0		0
	650,00		650,00		650,00		650,00		650,00		650,00		650,00
	1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00
	1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40
	2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00
	3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00
	9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00
	15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00
	21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58
	1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00
	979,00		979,00		979,00		979,00		979,00		979,00		979,00
	6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00
	105,50		105,50		105,50		105,50		105,50		105,50		105,50
	9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00

Porto Velho / RO		São Gabriel da Cachoeira / AM		Salvador - Capitania dos Portos		UFAM – Parintins / AM		IFAM – Tabatinga / AM		Pau dos Ferros / RN	
Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço
900,00	550,00		0		300,00		2239,54		2296,38		529,15
5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
	0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0
	650,00		650,00		650,00		650,00		650,00		650,00
	1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00
	1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40
	2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00
	3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00
	9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00
	15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00
	21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58
	1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00
	979,00		979,00		979,00		979,00		979,00		979,00
	6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00
	105,50		105,50		105,50		105,50		105,50		105,50
	9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00

O motivo das quatro linhas estarem grifadas em vermelho refere-se a valores desconsiderados na tabulação de preços, pois estão acima do Desvio Padrão na ordem de 5x (cinco vezes) ou muito abaixo, se tornando inexecutável para a demanda.

Abaixo segue, além da legenda com a descrição do uso do DP (Desvio Padrão), o filtro utilizado na pesquisa de mercado realizado no Painel de Preços.

Filtros Utilizados via Painel de Precos (*):
Ano de Contratacao: 2024 e 2025
Descrição: Acesso à Internet via Satelite - CATSER:26557
Descrição Complementar: Contratação de serviço de acesso à Internet via Satelite emórbita Terrestre Baixa
Valor Realizado a partir da Media da Consulta ao Painel de Preços

Legenda:
Vermelho ::
Fora do Desvio Padrão da Pesquisa via Painel de Preços
Valor 5x acima (ou muito abaixo) do Desvio Padrão = **R\$ 3.008,55**

Valores Tachados:
Referente a Pesquisa anterior considerando o ano 2024 = Valores_Desconsiderados do Calculo da Média

Todos os valores inerentes da pesquisa de mercado junto ao Painel de Preços e Portal de Compras (sítio governamental) assim como de Fornecedores foram considerados o seguinte:

- Custos de Aquisição do Serviço
- Custo de Implementação da Solução
- Custos Operacionais

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Diante das análises realizadas na pesquisa por soluções viáveis junto às unidades locais do IBGE, bem como na consulta a fornecedores e no Painel de Preços do Governo Federal, a solução identificada para atender à demanda é o acesso satelital. Esta solução visa garantir a comunicação das estações geodésicas distribuídas em vários estados da federação com a internet, por meio de uma gestão centralizada pela DTI/COTEL. Dessa forma, será possível prover melhores soluções de suporte e um controle efetivo do requisito principal, que é a conectividade com a internet, assegurando confiabilidade, integridade da comunicação e disponibilidade do serviço nos locais de instalação das estações. A escolha leva em consideração as inúmeras particularidades e características específicas detalhadas no termo de referência assim como as especificidades de cada local de interesse.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 1.530.881,80

A estimativa do custo desta contratação será detalhada no documento denominado Mapa de Preços incluso no processo administrativo para aquisição da solução para atendimento da demanda.

Abaixo um resumo da memória de cálculo - oriundo do Relatório de pesquisa de preços e Mapa de preços referente a

Pesquisa de Mercado:

Valor Total dos Serviços com Instalação para a Contratação de 05 anos	R\$1.530.881,80

15. Justificativa técnica da escolha da solução

Na solução de acesso à Internet via cabo (solução 1) por ter dependência de infraestrutura local no CEP onde o acesso é demandado, e também para a demanda atual, para as estações geodésicas que ficam em endereços "Não-IBGE" e dependem de infraestruturas de outros órgãos e/ou instituições com regras rígidas de uso, assim como considerando o fato mais importante que na pesquisa de preços junto as unidades do IBGE locais, não foi possível ter um levantamento de preços apropriado, tendo em vista um desvio padrão superior a 5x entre soluções o que tornaria a precificação do serviço inviável, conforme demonstrado no mapa de preços anexado ao processo de contratação. E um fato a se considerar neste tipo de solução 1, é que não haveria uma gestão centralizada o que acarretaria complexidade e demora no tratamento de incidentes levando a perda de conectividade e falha na prestação de serviços de forma contínua, o que é o ingrediente primordial nesta demanda.

Na solução de acessos satelitais do tipo fixo (solução 2) são geralmente mais indicados para a diversidade de pontos de presença isolados além da gestão do serviço de forma centralizada. Considerando as localidades ou nas situações onde os recursos de acesso são limitados para outras tecnologias as soluções de acesso de baixa órbita se assemelham (em relação aos custos) àquelas descritas como solução 1 (STFC em Banda larga), portanto, foram consideradas relevantes neste processo, por atender a todos os requisitos descritos no termo de referência como tendo características mais imprescindíveis como gestão centralizada e critérios de segurança da informação necessária para este tipo de serviço como a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade, além de terem custos competitivos para as localidades da demanda.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

A justificativa econômica para a solução proposta - de acessos satelitais do tipo fixo (solução 2) é relevante por ser a mais indicada para a diversidade de pontos de presença em locais isolados, além de permitir a gestão do serviço de forma centralizada.

Os custos desta solução representam a alternativa mais econômica, tendo em vista que a pesquisa de mercado foi realizada de forma ampla, considerando os valores extraídos do Painel de Preços do sítio web comprasnet.gov.br assim como a consulta aos fornecedores. Para isso, utilizou-se como filtro básico de palavra-chave o código CATSER "26557".

Considerando as localidades ou nas situações onde os recursos de acesso são limitados para outras tecnologias, as soluções de acesso satelital ou de baixa órbita se assemelham (em relação aos custos) àquelas descritas como solução 1 (STFC em Banda larga). Os custos da solução viável 2 foram

consideradas relevantes neste processo, por atender a todos os requisitos descritos no termo de referência como características imprescindíveis como gestão centralizada e critérios de segurança da informação necessária para este tipo de serviço como a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade do fluxo das comunicações, além de terem os custos competitivos considerando as localidades da demanda (de interesse).

17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atualmente o IBGE utiliza de um serviço de acesso satelital baseado em Banda Ka para atendimento de enlaces de comunicação para as estações RBMC em produção, e que porventura é análogo ao objetivo desta nova contratação, para fins de dar continuidade ao serviço prestado pela solução das estações geodésicas RBMC gerido pela DGC/CGED/GRRP, pois o contrato atual expirará em Dezembro/2025, tornando eminente uma nova contratação. Os benefícios a serem alcançados podem ser detalhadamente observados através do sítio Web do IBGE, através do tópico Geociências, onde ha diversas matérias sobre a rede brasileira de monitoramento contínuo dos sistemas GNSS em tempo real.

Resultados Esperados	
Item	Descrição
1	Melhorar continuamente a prestação de serviços de TIC;
2	Estimular a automatização das atividades de execução, priorizando a atuação dos servidores do IBGE em atividades de gestão;
3	Prover um programa permanente de Tecnologia da Informação que aumente e promova a modernização da gestão dos processos e serviços de TI utilizados pelo IBGE;
4	Prover a instituição de infraestrutura de Tecnologia de Informação, adequada ao desenho institucional do IBGE;
5	Atender aos requisitos de disponibilidade de informação dos serviços e soluções de TI disponibilizadas pelo IBGE ao seu público interno e à sociedade.
6	Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços
7	Implantar as diretrizes de TIC institucional, de forma a garantir a integridade, a segurança das informações e o atendimento à legislação pertinente.
8	Prover soluções tecnológicas para o atendimento das necessidades institucionais com o uso de tecnologias atualizadas, privilegiando soluções genéricas.

1. Crescimento da capacidade comunicação e mobilidade para atendimento das demandas do IBGE
2. Crescimento da disponibilidade de infraestrutura de comunicação de dados de rede com recurso de mobilidade física nos escritórios do IBGE nas SESs e complexos do RJ que permitirão uma melhor tomada de decisão;
3. Redução da complexidade da gestão dos serviços prestados pela Geociências do IBGE para todas as comunidades clientes no ambito da rede de monitoramento contínuo baseado em GNSS;
4. Para fornecimento de bens que excepcionalmente dependem de padronização por compatibilidade de produtos já adotados pelo órgão;
5. Sob o ponto de vista técnico a padronização proporcionará:
 1. Gerenciamento centralizado e simplificado, garantindo maior eficiência;
 2. Compatibilidade com a solução em produção atualmente;
 3. Aproveitamento do conhecimento “know-how” adquirido pela equipe técnica, que se reflete em ganhos de produtividade e segurança;
6. Sob o aspecto econômico :
 1. Menores custos para implantação, em virtude da compatibilidade das soluções;
 2. Menores custos com a aquisição de licenças e suporte com produtos adicionais;
 3. Adotado os menores preços na pesquisa de mercado envolvendo sítio web de compras governamentais, fornecedores e prestadores de serviços conforme consta do mapa de preços anexado ao processo de contratação;

18. Providências a serem Adotadas

- 1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;
- 2. Realização de levantamentos necessários junto ao mercado além de extensa pesquisa de preços nos sítios web do Governo Federal como: Paineis de Preços e Paineis de compras;
- 3. Realizar a validação da conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços com a relação detalhada dos mesmos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.
- 4. Gerir e organizar o processo de implantação no tempo certo a fim de garantir o início da operação conforme cronograma a ser acordado entre Contratada e Contratante

19. Aprovação e Declaração de Conformidade

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – § 3º do art. 11)

Marcus Vinicius F. Mazzoni

Matrícula/SIAPE

<Local>, <dia> de março de 2026

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Atende aos requisitos técnicos e econômicos do processo de contratação em curso. Além de estar alinhado a demanda atual para substituição do contrato SICON 052/2020 cujo vencimento se dará em Dezembro/2025.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo com o fluxo de assinaturas definido no SGD/ME IN 94/2022 segue os responsáveis pelo processo e sendo redirecionado à Gerência de Planejamento da DTI para as devidas providências.

MARCIO ROBERTO GALHANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 14:56:32.

Despacho: Conforme definido pela SGD/ME IN94/2022

EDUARDO DA COSTA DA SILVA

Integrante Técnico

Despacho: Conforme definido pela SGD/ME IN94/2022

GUIDERLAN LEMOS MANTOVANI

Integrante Requisitante

Anexo I – Consultas os Fornecedores / Operadoras de Telecomunicações (quando obtidas)

RuralWeb Telecom :

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Marcio Roberto Galhano

quinta-feira, 29 de maio de 2025 11:05

Alan Ferreira

Eduardo da Costa da Silva; Adelaide Costa Ferreira; Rogerio do Carmo Sales; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella; Marcelo Adriano Machado de Paula

Solicitacao de Proposta Comercial - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Ola Caro Alan, bom dia.

Tendo em vista o término de contrato no fim deste ano. Entro em contato sobre a **demanda de contratação de enlaces de Internet para um conjunto de estações** para monitoramento contínuo referente a serviços GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite) para georreferenciamento, e, onde o IBGE atua com a gerência de estações conhecidas como RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html>") segue o Ar IA, referente a especificação técnica do Termo referencia que está sendo construído para tal contratação!

Demanda: Proposta comercial para serviços de acesso Satelital em Banda Ka, para darmos sequência no estudo técnico (ETP), portanto, contanto com a agilidade de praxe nas respostas da Rural Web Telecom encaminho esta solicitação de cotação para tratarmos de forma breve este processo.

Segue documento em anexo onde constam os locais das estações (endereços).

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

Gerência de Infraestrutura de Redes

RWTelecom

PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE: RW Serviços de Telecomunicações Ltda.

CNPJ: 10.329.181/0001-58

ENDEREÇO: Av. das Américas, 500. Bloco 8 Sala 321. Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

FONE: 21 3514-6330

E-MAIL: comercial@rwtelecom.com.br

Atendendo à solicitação estamos enviando nossa proposta para a execução dos serviços desejados

- Temos conhecimento das condições de execução dos serviços e concordamos com as condições desta cotação.
- Manteremos válida esta Proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data limite para apresentação da proposta:
- Na execução dos serviços, observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, bem assim as recomendações e Instruções da Fiscalização da CONTRATANTE, assumindo desde já, a integral e exclusiva responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

QUADRO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Planos Band Ka:

Plano	Velocidade	Valor
100 Gb	20 Mb/ 3Mb	R\$ 1.500,00
Instalação		R\$ 5.000,00

- Os valores de instalação apresentados incluem todos os custos de deslocamento, frete de equipamentos, mão de obra, encargos e impostos incidentes aos mesmos.

- Os valores mensais apresentados incluem todos os custos de encargos e impostos incidentes aos mesmos.

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Alan Ferreira <alan@ruralwebtelecom.com.br>

quinta-feira, 26 de junho de 2025 16:30

Marcio Roberto Galhano

Eduardo da Costa da Silva; Adelaide Costa Ferreira; Rogerio do Carmo Sales; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella; Marcelo Adriano Machado de Paula

Re: Solicitacao de Proposta Comercial - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

Proposta RW - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE.pdf

[CUIDADO] Este e-mail foi recebido de fora da organização. Por favor, verifique cuidadosamente o remetente antes de abrir anexos ou clicar em links. Caso tenha dúvidas sobre a confiabilidade da mensagem, não interaja e encaminhe o e-mail para a caixa postal abuse@ibge.gov.br. Sua atenção e colaboração são essenciais para garantir a segurança dos dados do IBGE.

Prezado Marcio, boa tarde

Lamentamos a demora em retornar com a cotação desejada. Tivemos alguns contratemos que impossibilitaram o retorno antes para vocês.

Cotamos serviços em banda Ka, para os itens 3 e 4 da especificação (serviços via satélite). Os valores apresentados são unitários (mensalidade para serviço e unitário para instalação).

Novamente pedimos desculpas pela demora no envio da cotação e nos colocamos a disposição para qualquer solicitação.

Atenciosamente,

Alan Ferreira

Setor Comercial

Telebras:

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Marcio Roberto Galhano

sexta-feira, 23 de maio de 2025 14:47

Mariney Maglioni Gonçalves Reges

andre.oliveira@telebras.com.br; daniel.freitas@telebras.com.br; Irineu Tadao Giotoku; Adelaide Costa Ferreira; Eduardo da Costa da Silva; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella; Wilson Ribeiro de Souza Lima Junior

Servicos SCM - Lei 14.744 de Set/2023 - Cotacao Serviços de Telecom

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Boa tarde Sra. Mariney, como vai?

Diante da recomendação da nova Lei, descrita acima, e considerando uma demanda de contratação de enlaces de Internet para um conjunto de estações para monitoramento contínuo referente a serviços GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite) para georreferenciamento, e, onde o IBGE atua com a gerência de estações conhecidas como RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html>") segue o Anexo IA, referente a especificação técnica do Termo referencia que está construído para tal contratação!

Demanda: Proposta comercial para serviços de Banda larga ou via Satelital em Banda Ka ou via Banda larga, este estudo que estamos realizando ! Podemos agendar uma reunião para alinhamento se assim for necessário!? Mas havendo a possibilidade de ter uma perspectiva de cotação baseado no documento em anexo onde constam os locais das estações, seria uma forma de adiantarmos o processo interno!

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

Gerência de Infraestrutura de Redes

De:

Enviada em:

Para:

Cc:

Assunto:

Mariney Maglioni Gonçalves Reges <mariney.reges@telebras.com.br>

sexta-feira, 23 de maio de 2025 16:06

Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>

Andre Luis Pinto de Oliveira <andre.oliveira@telebras.com.br>; Daniel Pires de Freitas Neto <daniel.freitas@telebras.com.br>; Irineu Tadao Giotoku <irineu.giotoku@telebras.com.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella <carlos.quintella@ibge.gov.br>; Wilson Ribeiro de Souza Lima Junior <wilson.l.junior@ibge.gov.br>; Luiz Joaquim Dias <luij.dias@telebras.com.br>

Re: Servicos SCM - Lei 14.744 de Set/2023 - Cotacao Serviços de Telecom

[CUIDADO] Este e-mail foi recebido de fora da organização. Por favor, verifique cuidadosamente o remetente antes de abrir anexos ou clicar em links. Caso tenha dúvidas sobre a confiabilidade da mensagem, não interaja e

1

encaminhe o e-mail para a caixa postal abuse@ibge.gov.br. Sua atenção e colaboração são essenciais para garantir a segurança dos dados do IBGE.

Boa tarde!

Obrigada pelo contato, vamos iniciar a análise.
Em seguida, agendaremos uma reunião.

Atenciosamente,

MARINEY MAGLIONI G REGES

Engenheira

Escritório Regional

UFES (65) 612027 1948

UFES (65) 11991 483 810

mariney.reges@telebras.com.br

Telecomunicações Brasileiras S.A. - Regional São Paulo

Rua Vergueiro, 2279, Vila Mariana

Ed. Trend Paulista Offices, cj 1314

04101-100 São Paulo, SP

TELEBRAS

Aviso Legal" - Esta mensagem pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar, ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nestas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente o remetente, respondendo o email e em seguida, apague-o. Agradecemos sua cooperação.

Claro:

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Marcio Roberto Galhano

sexta-feira, 23 de maio de 2025 15:02

'PAULO CESAR DE OLIVEIRA'; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella

Eduardo da Costa da Silva; Adelaide Costa Ferreira; Wilson Ribeiro de Souza Lima Junior

RES: Cotacao para enlaces - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Ola Caro Paulo, boa tarde.

Apesar das definições e alinhamentos relacionados a IoT junto ao @Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella, entro em contato devido a **demanda de contratação de enlaces de Internet para um conjunto de estações** para monitoramento contínuo referente a serviços GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite) para georreferenciamento, e, onde o IBGE atua com a gerência de estações conhecidas como RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html>") segue o Anexo IA, referente a especificação técnica do Termo referencia que está construído para tal contratação!

Demanda: Proposta comercial para serviços de Banda larga (SCM) ou via Satelital em Banda Ka, e, a definição do caminho de qual serviço será contratado depende e muito da comparação e agilidade nas respostas das solicitações das cotações, devido a urgência que temos de definir um valor de referência para que seja demonstrado junto a Direção do Instituto.

Portanto, alinhado as conversas já estabelecidas, poderíamos agendar uma nova reunião para alinhamento se assim for necessário!? Mas havendo a possibilidade de ter uma perspectiva de cotação baseado no documento em anexo onde constam os locais das estações (endereços), o que seria um avanço no processo de contratação com a devida avaliação de orçamento !

Obs: O documento de especificação técnica em anexo está sendo avaliado em duas vertentes:

- Enlaces tipo SCM / Banda Larga; Ou

- Serviço Satelital via Banda Ka

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Marcio Roberto Galhano

quinta-feira, 10 de julho de 2025 14:33

'PAULO CESAR DE OLIVEIRA'; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella

Eduardo da Costa da Silva; Adelaide Costa Ferreira; Wilson Ribeiro de Souza Lima Junior; Marcelo Adriano Machado de Paula

RES: Cotacao para enlaces - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador:

Acompanhar

Sinalizada

Caro Paulo, boa tarde.

Reencaminho nota abaixo, sobre nossa demanda por conectividade em alguns locais para estações de um serviço denominado RBMC, onde inicialmente o @Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella (da equipe) havia feito contato sobre soluções por IoT. Para fins de pesquisa de mercado e elaboração de pesquisa de preços, poderia avaliar o pedido de proposta comercial em relação a conectividade por banda satelital de baixa órbita (LEO / Banda Ka) dado a especificação + endereços locais – Em anexo (Grupo 02 – Itens 3 e 4).

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador:

PAULO CESAR DE OLIVEIRA <PAULO.OLIVEIRA@embratel.com.br>

quarta-feira, 16 de julho de 2025 08:31

Marcio Roberto Galhano; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella

Eduardo da Costa da Silva; Adelaide Costa Ferreira; Wilson Ribeiro de Souza Lima Junior; Marcelo Adriano Machado de Paula

RES: Cotacao para enlaces - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

Acompanhar

Sinalizada

[CUIDADO] Este e-mail foi recebido de fora da organização. Por favor, verifique cuidadosamente o remetente antes de abrir anexos ou clicar em links. Caso tenha dúvidas sobre a confiabilidade da mensagem, não interaja e encaminhe o e-mail para a caixa postal abuse@ibge.gov.br. Sua atenção e colaboração são essenciais para garantir a segurança dos dados do IBGE.

Bom dia.

Prezado Marcio Galhano, irei encaminhar a demanda para análise do documento enviado. Havendo eventuais dúvidas, contataremos vocês.

Conforme especificado na demanda do dia 10/07 iremos considerar o levantamento em banda KA ou LEO.

Atenciosamente,

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Unidade de Grandes Empresas e Governo


Diretoria Regional de Vendas | Regional LESTE/GU.

T.: +55 21 2121-6292 C.: +55 21 9 9334-5123

Siga nossas redes @claroempresasbr

Claro

empresas



A EMBRATEL AGORA É CLARO EMPRESAS.

Hughes:

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador:

Marcio Roberto Galhano

quinta-feira, 29 de maio de 2025 11:51

rtonietto@hughes.com.br; elsantos@hughes.com.br

Adelaide Costa Ferreira; Eduardo da Costa da Silva; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella; Rogerio do Carmo Sales; Marcelo Adriano Machado de Paula

Solicitacao de Proposta Comercial - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Acompanhar

Sinalizada

Ola Caro Roberto e Emmerson, bom dia.

Entro em contato sobre uma **demanda de contratação de enlaces de Internet para um conjunto de estações** para monitoramento contínuo referente a serviços GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite) para georreferenciamento, e, onde o IBGE atua com a gerência de estações conhecidas como RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – “<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html>”) segue o Anexo IA, referente a especificação técnica do Termo referência que está sendo construído para tal contratação!

Demanda: Proposta comercial para serviços de acesso Satelital em Banda Ka, para darmos sequência no estudo de técnico (ETP), portanto, contando com a agilidade de praxe nas respostas encaminho esta solicitação de cotação para tratarmos de forma breve esta pesquisa

Segue documento em anexo onde constam os locais das estações (endereços) – Anexo IB da Especificação Técnica.

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

Gerência de Infraestrutura de Redes

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Prioridade:

Marcio Roberto Galhano

quinta-feira, 10 de julho de 2025 14:12

'contato@hughessolucoes.com'; 'elsantos@hughes.com.br'

Adelaide Costa Ferreira; Eduardo da Costa da Silva; Carlos Alvaro de Macedo Soares Quintella; Rogerio do Carmo Sales; Marcelo Adriano Machado de Paula

ENC: Solicitacao de Proposta Comercial - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE

AnexoIA_TR_RBMC.docx

Alta

Caros Srs da Hughes,

Boa tarde. Havia encaminhado a nota em Maio/25 porém retornou erro de entrega. Portanto, reencaminho a nota com o objetivo de obtermos uma proposta comercial referente a prestação de serviços de conectividade via banda satelital de baixa órbita (LEO / banda ka).

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

IBGE / DI / COTEL

Gerência de Infraestrutura de Redes

Amazonia Telecom:

De: Marcio Roberto Galhano
Enviado em: terça-feira, 17 de junho de 2025 14:11
Para: financeiro@amazoniatelecom.com.br
Cc: Adelaide Costa Ferreira; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Guiderlan Lemos Mantovani; Marcelo Adriano Machado de Paula
Assunto: Cotação para Links de Acesso à Internet - Estacoes RBMC (GNSS) - IBGE
Anexos: AnexoIA_TR_RBMC.docx

Prioridade: Alta

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Caros, Boa tarde,

Ao realizar pesquisa via Painel de Preços, percebemos uma Ata de SRP com o Órgão - INSTITUTO DE ASSIST.TÉCN.EXT.RURAL DE RORAIMA / UASG: 929331, baseados neste tipo de serviço de acesso à Internet via Satélite entro em contato devido a **demanda de contratação de enlaces de Internet para um conjunto de estações** para monitoramento contínuo referente a serviços GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite) para georeferenciamento, e, onde o IBGE atua com a gerência de estações conhecidas como RBMC (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/rede-geodesica/16258-rede-brasileira-de-monitoramento-continuuo-dos-sistemas-gnss-rbmc.html>") segue o Anexo IA, referente a especificação técnica do Termo referencia que está construído para tal contratação!

Demanda: Proposta comercial para serviços de Banda larga (SCM) ou via Satelital em Banda Ka (e de baixa órbita), e, a definição do caminho de qual serviço será contratado, depende e muito da comparação e agilidade nas respostas das solicitações das cotações, devido a urgência que temos de definir um valor de referência para que seja demonstrado junto a Direção do Instituto.

Portanto, havendo a possibilidade de ter uma perspectiva de cotação baseado no documento em anexo onde constam os locais das estações (endereços)[Anexo IA] seria um avanço no processo de contratação com a devida avaliação de orçamento !

Obs: O documento de especificação técnica em anexo está sendo avaliado em duas vertentes:

- Enlaces tipo SCM / Banda Larga; Ou
- Serviço Satelital via Banda Ka

Desde já agradeço,

Marcio R. Galhano

Relatório gerado dia: 14/07/2025 às 10:11
Fonte: paineldepregos.planejamento.gov.br

90688/2024	00002	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MBPS	1	R\$332254,44	BRFIBRA TELECOMUNICACOES LTDA	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	04/10/2024
90688/2024	00005	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MBPS	1	R\$332254,44	BRFIBRA TELECOMUNICACOES LTDA	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	04/10/2024
90717/2024	00001	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$332254,44	VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	22/08/2024

Relatório gerado dia: 14/07/2025 às

90012/2024	00002	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	15	R\$9230	PULSAR BRASIL TELECOMUNICACOES S.A.	COMANDO DO EXERCITO	160209 - 15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA	16/07/2024
90008/2024	00001	Dispensa de Licitação	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MBPS	2	R\$12935	N. A. P. FARIAS	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	200233 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-AP	11/11/2024
90012/2024	00001	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	15	R\$15780	PULSAR BRASIL TELECOMUNICACOES S.A.	COMANDO DO EXERCITO	160209 - 15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA	16/07/2024
90818/2024	00010	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90818/2024	00006	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	19	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90818/2024	00011	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	2	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90818/2024	00009	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90818/2024	00007	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	5	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90818/2024	00008	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$21228,58	TELEFONICA BRASIL S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	10/10/2024
90006/2024	00001	Dispensa de Licitação	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$29000	PULSAR BRASIL TELECOMUNICACOES S.A.	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	194009 - COORDENACAO REGIONAL RORAIMA	05/07/2024
90490/2024	00002	Pregão	26557	ACESSO A INTERNET VIA SATELITE		MEGA BITS/SEGUNDO	1	R\$331200	VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	803080 - SERPRO - REGIONAL SAO PAULO	02/08/2024

Relatório gerado dia: 14/07/2025 às 10:11
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

https://pncp.gov.br/app/editais/00394502000144/2025/010606

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

Descrição: Acesso a Internet Via Satélite Acesso a Internet Via Satélite

Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Serviço Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Participação exclusiva para ME/EPP Margem de preferência normal: Não

Margem de preferência adicional: Não Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 3 Unidade de medida: MEGA BITS/SEGUNDO Valor unitário estimado: R\$ 8.018,01 Valor total estimado: R\$ 24.054,03

RESULTADO(S)

Data do resultado da homologação: 10/11/2025 Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 58.291.882/0001-71 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA GUEDES

Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: ME Código do país: BRA

Uso da margem de preferência: Não Uso do benefício ME/EPP: Não Uso do critério de desempate: Não

Quantidade homologada: 3 Valor unitário homologado: R\$ 6.990,00 Valor total homologado: R\$ 20.970,00

Percentual de desconto aplicado ao critério de julgamento: 0,00000%

https://cnetmobile.estaleiro.sepro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/compra+98350105900592025

Compras.gov.br

Acompanhar Contratação

Pregão Eletrônico N° 90059/2025 (Lei 14.133/2023)

UASC 983501 MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BASILIO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto/Fechado

Contratação homologada

Itens

A relação de propostas e histórico de recursos do item poderão ser acessados através do ícone

O termo de julgamento e o termo de homologação estarão disponíveis após a conclusão destas etapas, respectivamente

GRUPO 11 56 itens

Valor estimado total: R\$ 98.300,0000

Tratamento diferenciado: Não Aplicabilidade margem de preferência: Não Exigência de conteúdo nacional: Não

1 ACESSO A INTERNET VIA SATELITE

Ordem solicitada: 12

Valor estimado unitário: R\$ 135,0000

Valor estimado total: R\$ 1.620,0000

Unidade de fornecimento: MEGA BITS/SEGUNDO

Critério de julgamento: Menor Preço

Documentos exigidos: Não

Aplicabilidade margem de preferência: Não

Item 1 do Grupo G1 - Acesso a Internet Via Satélite

Acesso a Internet Via Satélite

Quantidade: 12 Valor estimado: R\$ 135,0000 (unitário)

Unidade de fornecimento: MEGA BITS/SEGUNDO Valor estimado total: R\$ 1.620,0000 (total)

Critério de julgamento: Maior Desconto Situação: Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPE ***.071.***.23 - FERNANDO SILVA SANTOS para CYBERNET PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA, CNPJ 17.324.812/0001-95, melhor lance: 21,85% (R\$ 105,5025) (unitário) / 21,85% (R\$ 1.266,0300) (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

Item 1 - Acesso a Internet Via Satélite

Sistema de conexão/acesso à internet via satélite

Quantidade:	10	Valor estimado:	R\$ 24.120,0000 (unitário)
Unidade de fornecimento:	MEGA BITS/SEGUNDO		R\$ 241.200,0000 (total)
		Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.809.***-90 - PAULO GONCALVES ARRAIS para MEGACOM INTERNET LTDA, CNPJ 27.989.960/0001-82, melhor lance: R\$ 9.980,0000 (unitário) / R\$ 99.800,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024

ANEXO IV :: SES-RN:

De:

Enviado em:

Para:

Cc:

Assunto:

Anexos:

Edson Moreira de Aguiar

terça-feira, 10 de junho de 2025 16:21

Marcio Roberto Galhano; Isaura Lima Alves Galvao; Waldir Lopes dos Santos

Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo

Sales; Adelaide Costa Ferreira; Rogerio Henrique da Costa Campelo; Iara Brena

da Ponte Feijao; Fabiana Fabrega de Oliveira; Francisco Sinesio Ferreira Vilaca

RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC -

SES/RN

3504 Nota Telebrasil.pdf

Olá, boa tarde, Marcio,

Estou compartilhando, em anexo a última fatura da TeleBrasília, atestada por mim, como Gestor do Contrato.

Temos algumas divergências de valores, devido a velocidade contratada para cada Agência. Temos Agências contratada com 75 MBytes as menores e as maiores 150 Mbytes com valores variando entre R\$ 132,28 a R\$ 529,15, custo mensal.

Atenciosamente,
Edson Moreira de Aguiar
Chefe do Setor de Serviços de Informática
Superintendência do IBGE no RN
Fone: 3026 5656 ou Ramal: 784 5656

De: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>

Enviado: terça-feira, 10 de junho de 2025 15:52

Para: Edson Moreira de Aguiar <edson.aguiar@ibge.gov.br>; Isaura Lima Alves Galvao <isaura.galvao@ibge.gov.br>

Waldir Lopes dos Santos <wls@ibge.gov.br>

Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>; Rogerio Henrique da Costa Campelo <rogerio.campelo@ibge.gov.br>; Iara Brena da Ponte Feijao <iara.feijao@ibge.gov.br>; Fabiana Fabrega de Oliveira <fabiana.oliveira@ibge.gov.br>; Francisco Sinesio Ferreira Vilaca <francisco.vilaca@ibge.gov.br>

Assunto: RES: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/RN

Oi Edson,

Boa tarde,

Esta demanda visa atender às estações da Geociências – RBMC, e pra isso, estamos precisando de “valores” contratados ou não de provedores locais sobre prestação de serviços de acesso à Internet – Banda larga!

Poderia compartilhar tais informações – tipo: Pregão e/ou Valor Mensal por localidade!? e/ou Processo Adm? Ou os atestes referentes ao serviços prestados pelo fornecedor com os custos ?

Não há tal limitação de velocidade mínima pra o estudo em curso! Apenas a parte de conectividade com um fornecedor local!

Sobre custos serem assumidos pela DTI, não tenho tal competência para informar! O ideal seria averiguar com o Gerente da área DTI/GPG/ Antonio Agra!

Atenciosamente,

De: Edson Moreira de Aguiar <edson.aguiar@ibge.gov.br>

Enviado em: terça-feira, 10 de junho de 2025 14:42

Para: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>; Isaura Lima Alves Galvao <isaura.galvao@ibge.gov.br>; Waldir Lopes dos Santos <wls@ibge.gov.br>

Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>; Rogerio Henrique da Costa Campelo <rogerio.campelo@ibge.gov.br>; Iara Brena da Ponte Feijao <iara.feijao@ibge.gov.br>; Fabiana Fabrega de Oliveira <fabiana.oliveira@ibge.gov.br>; Francisco Sinesio Ferreira Vilaca <francisco.vilaca@ibge.gov.br>

Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/RN

Boa tarde,

Marcio Galhano,

IBGE/DTI/COTEL

Informamos que temos um contrato vigente com a Tele Brasília para todas as Agência do Estado do RN, com vigência até o dia 31/12/2025.

Contrato muito trabalhoso de gerenciar, considerando que o IBGE atrasa o pagamento, constantemente, e o serviço é cortado de imediato nas Agências. Então temos de enviar e-mail explicando e justificando os motivos e solicitando a religação do serviço.

Estamos planejando e estudando a possibilidade da realização de outra contratação, através de um pregão.

Poderia nos informar qual seria a velocidade mínima necessária para atender o serviço e se os custos serão assumidos pela DTI?

Atenciosamente,
Edson Moreira de Aguiar
Chefe do Setor de Serviços de Informática
Superintendência do IBGE no RN
Fone: 3026 5656 ou Ramal: 784 5656

Anexo V :: SES-AM

De: Antonia Francisca Costa Fonseca
Enviado em: quarta-feira, 25 de junho de 2025 10:46
Para: Marcio Roberto Galhano; Samanta Santos Souza; Jecivan Vieira Braga; Franklin Mendes Lima; Alexandre Castro Fernandes; Claudenice Laranjeira Dantas; Maria de Fatima dos Santos da Silva; Fabio de Oliveira Cunha; Jones Santa Luzia de Almeida; Andre Moura Pessoa; Moises de Matos Lopes; alessandro.laborda@ibge.gov.br; aliton.cortez@ibge.gov.br; Ronisoncicley Conde da Rocha; Carlos Enock da Silva Martins; Karane Dantas de Melo Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Adelaide Costa Ferreira
Cc:
Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AM

Bom dia, Márcio

A Samanta está de férias.

Seguem os valores atualizados por agência, conforme aditivo vigente. No valor da mensalidade foi incluído os custos com instalação de cada localidade.

ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
Serviço de acesso à Internet Banda Larga – a serem providos através de solução satelital para atender as agências de Parintins.	12	Meses	R\$ 2.239,54	R\$ 26.874,50
Serviço de acesso à Internet Banda Larga – a serem providos através de solução satelital para atender as agências de Tabatinga.	12	Meses	R\$ 2.296,38	R\$ 27.556,58
Serviço de acesso à Internet Banda Larga – a serem providos através de solução satelital para atender as agências de Tefé.	12	Meses	R\$ 2.296,38	R\$ 27.556,58
Serviço de acesso à Internet Banda Larga – a serem providos através de solução satelital para atender as agências de Careiro.	12	Meses	R\$ 2.239,54	R\$ 26.874,50
Serviço de acesso à Internet Banda Larga – a serem providos através de solução satelital para atender as agências de Lábrea.	12	Meses	R\$ 2.296,38	R\$ 27.556,58
			R\$ 11.368,22	R\$ 136.418,74

Atenciosamente

Antonia Francisca Costa Fonseca

Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AM

- Prezados,
- Esses são os custos (mensais) dos contratos vigentes de banda larga/ acesso à Internet para as localidades/agências descritas abaixo:
- Humaitá - R\$ 960,08
 - Manaus - R\$ 327,43
 - Itacoatiara - R\$ 683,00
 - Eirunepé - R\$ 2.400,00
 - Parintins, Tabatinga, Tefé, Lábrea, Careiro - R\$ 10.954,16 (em um único contrato)
 - São Gabriel da Cachoeira - N/A
 - Coari - N/A

Atenciosamente,

Samanta Santos Souza
Analista Censitária
Seção de Recursos Materiais - SRM
Superintendência Estadual do Amazonas - SES/AM
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Telefone: (92) 3306-2036/ (92) 99171-4429

Para: Jecivan Vieira Braga <jecivan.braga@ibge.gov.br>; Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>; Franklin Mendes Lima <franklin.lima@ibge.gov.br>; Alexandre Castro Fernandes <alexandre.fernandes@ibge.gov.br>; Claudenice Laranjeira Dantas <claudenice.dantas@ibge.gov.br>; Maria de Fatima dos Santos da Silva <maria-fatima.silva@ibge.gov.br>; Fabio de Oliveira Cunha <fabio.cunha@ibge.gov.br>; Jones Santa Luzia de Almeida <jones.almeida@ibge.gov.br>; Andre Moura Pessoa <andre.pessoa@ibge.gov.br>; Moises de Matos Lopes <moises.lopes@ibge.gov.br>; alessandro.laborda@ibge.gov.br; aliton.cortez@ibge.gov.br; Ronisoncicley Conde da Rocha <ronisoncicley.rocha@ibge.gov.br>; Carlos Enock da Silva Martins <carlos.martins@ibge.gov.br>; Karane Dantas de Melo <karane.melo@ibge.gov.br>; Antonia Francisca Costa Fonseca <antonia.fonseca@ibge.gov.br>
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>
Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AM

- Prezados,
- Esses são os custos (mensais) dos contratos vigentes de banda larga/ acesso à Internet para as localidades/agências descritas abaixo:
- Humaitá - R\$ 960,08
 - Manaus - R\$ 327,43
 - Itacoatiara - R\$ 683,00
 - Eirunepé - R\$ 2.400,00
 - Parintins, Tabatinga, Tefé, Lábrea, Careiro - R\$ 10.954,16 (em um único contrato)
 - São Gabriel da Cachoeira - N/A
 - Coari - N/A

Atenciosamente,

Samanta Santos Souza
Analista Censitária
Seção de Recursos Materiais - SRM

Marcio Roberto Galhano

De: Marcio Roberto Galhano
Enviado em: terça-feira, 10 de junho de 2025 13:33
Para: Franklin Mendes Lima; Alexandre Castro Fernandes; Claudenice Laranjeira Dantas; Maria de Fatima dos Santos da Silva; Fabio de Oliveira Cunha; Jones Santa Luzia de Almeida; Andre Moura Pessoa; Moises de Matos Lopes; alessandro.laborda@ibge.gov.br; ailton.cortez@ibge.gov.br; Ronisonsicley Conde da Rocha; Carlos Enock da Silva Martins
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Adelaide Costa Ferreira
Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AM

Prioridade: Alta

Sinalizador de acompanhamento: Acompanhar
Status do sinalizador: Sinalizada

Caros, boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação de todos deste email, para que consigamos um levantamento de preços em "suas localidades" de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação em futuro próximo de serviços de conexão à Internet para atendimento às estações RBMC nas localidades descritas abaixo.

RBMC = (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico.html>")

Segue abaixo as localidades:

- Humaita (Sr. Andre Moura)
- Tefé (Sr. Moises Lopes)
- Coari (Sr. Alessandro de Araujo)
- Manaus (Sr. Franklin Mendes)
- São Gabriel da Cachoeira (Sr. Carlos Enock)
- Parintins (Sr. Fabio Cunha e Sra. Maria de Fatima)
- Tabatinga (Sr. Ronisonsicley C. Rocha)

Peço-lhes apoio junto a área de Recursos Materiais desta SES-AM sobre contratos vigentes, contatos de fornecedores locais e custos atuais dos serviços de comunicação à Internet destas localidades!?

Desde já agradeço,

Sds,

Marcio R. Galhano
IBGE / DI / COTEL
Gerência de Infraestrutura de Redes

ANEXO VI :: SES-AP:

De: Marcio Roberto Galhano
Enviada em: terça-feira, 10 de junho de 2025 13:40
Para: Wallison Oliveira da Silva <wallison.silva@ibge.gov.br>; Eliandro Ronael Gilbert <eliandro.gilbert@ibge.gov.br>
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>
Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AP
Prioridade: Alta

Caros, Sr. Wallison e Eliandro, boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação, para que consigamos um levantamento de preços em "suas localidades" de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação em futuro próximo de serviços de conexão à Internet para atendimento às estações RBMC nas localidades descritas abaixo.

RBMC = (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – “<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico.html>”)

Segue abaixo as localidades (Sr. Eliandro Ronael / Wallison O. da Silva) :

- Porto de Santana
- Macapá

Peço-lhes apoio junto a área de Recursos Materiais desta SES-AP sobre contratos vigentes, contatos de fornecedores locais e custos atuais dos serviços de comunicação à Internet desta: localidades!?

Desde já agradeço,

Sds,

Marcio R. Galhano
IBGE / DI / COTEL
Gerência de Infraestrutura de Redes
Tels: (021) 2142-8768 (Ramal)
(021) 98359-0785 (cel.)

De: Wallison Oliveira da Silva
Enviado em: quinta-feira, 26 de junho de 2025 16:45
Para: Marcio Roberto Galhano; Augusto Cesar Pires Borges
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Adelaide Costa Ferreira; Eliandro Ronael Gilbert
Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AP

Uma empresa que contatamos, GNEX, Informou que pode atender somente a estação no Porto de Santana, nas seguintes condições e valores: (Valores empresariais com IP/32) 1_ 500 mega+ ip fixo no valor de R\$ 417,90 e 2_ 600 mega + ip fixo no valor de R\$ 490.

De: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 25 de junho de 2025 13:26
Para: Augusto Cesar Pires Borges <augusto.borges@ibge.gov.br>; Wallison Oliveira da Silva <wallison.silva@ibge.gov.br>
Cc: Ezequiel de Amorim Brito <ezequiel.brito@ibge.gov.br>; Aldemir Fernandes de Holanda <aldemir.holanda@ibge.gov.br>; Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>; Eliandro Ronael Gilbert <eliandro.gilbert@ibge.gov.br>
Assunto: RES: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AP

Boa tarde! Muito Obrigado!

De: Augusto Cesar Pires Borges <augusto.borges@ibge.gov.br>
Enviada em: terça-feira, 24 de junho de 2025 11:41
Para: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>; Wallison Oliveira da Silva <wallison.silva@ibge.gov.br>
Cc: Ezequiel de Amorim Brito <ezequiel.brito@ibge.gov.br>; Aldemir Fernandes de Holanda <aldemir.holanda@ibge.gov.br>; Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>; Eliandro Ronael Gilbert <eliandro.gilbert@ibge.gov.br>
Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/AP


Prezado Marcio,

O servidor Wallison ficará responsável pelo levantamento dos custos inerentes.

AUGUSTO CESAR PIRES BORGES
Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura
Superintendente em Exercício
Superintendência Estadual do IBGE no Amapá - SES/AP
(96) 98107-6536 (Whatsapp)

ANEXO VII :: SES-BA

RES: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/BA



Marcio Roberto Galhano

Para: 🇧🇷 Dean Washington dos Reis Socorro; 🇺🇲 Andre Luiz Oliveira Fernandes; 🇵🇷 Grinaldo Lopes de Oliveira; 🇮🇹 Otto Gabriel Costa Moutinho;

🇨🇪 Victor Brandao Ornic; 🇸🇦 Marcelo da Costa Rosado

Cc: 🇬🇾 Guiderlan Lemos Mantovani; 🇧🇷 Eduardo da Costa da Silva; 🇻🇳 Rogerio do Carmo Sales; 🇯🇲 Adelaide Costa Ferreira

🕒 Responder
 📧 Responder a Todos
 ➡️ Encaminhar
 👤

ter 24/06/2025 08:11

🔍 Acompanhar. Data de inicio terça-feira, 24 de junho de 2025. Data prevista para conclusão: terça-feira, 24 de junho de 2025.

Esta mensagem foi enviada com a prioridade Alta.

Esta mensagem faz parte de uma conversa controlada. Clique aqui para localizar todas as mensagens relacionadas ou para abrir a mensagem sinalizada original.

Oi Dean,

Bom dia,

Teriam alguma novidade sobre qualquer tipo de contratação vigente ou mesmo "contatos" de fornecedores de Banda larga de acesso à Internet para a região de:

- Salvador – Capitania dos Portos

Sds,

Marcio R. Galhano
IBGE / DI / COTEL
Gerência de Infraestrutura de Redes
Tels: (021) 2142-8768 (Ramal)
(021) 98359-0785 (cel.)
(021) 2142-0203

Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade social e seu compromisso com o meio ambiente

De: Dean Washington dos Reis Socorro <dean.socorro@ibge.gov.br>

Enviado em: segunda-feira, 16 de junho de 2025 11:04

Para: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>; Andre Luiz Oliveira Fernandes <andrelz.fernandes@ibge.gov.br>; Grinaldo Lopes de Oliveira <grinaldo.oliveira@ibge.gov.br>; Otto Gabriel Costa Moutinho <otto.moutinho@ibge.gov.br>; Victor Brandão Ornic <victor.ornic@ibge.gov.br>; Marcelo da Hora Rosado <marcelo.rosado@ibge.gov.br>

Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.da.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.do.carmo.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>

Assunto: RE: Levantamento de informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/BA

Ótimo Márcio!

Muito obrigado querido!

DEAN WASHINGTON DOS REIS SOCORRO

Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Est

Caro Dean e demais, Boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação, para que consigamos um abaixo, de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins

Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/BA

Caro Dean e demais, Boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação, para que consigamos um levantamento de preços da localidade descrita abaixo, de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação em futuro próximo de serviços de conexão à Internet para atendimento às estações RBMC nas localidades descritas abaixo.

RBMC = (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico.html>")

Segue abaixo as localidades:

- Salvador – Capitania dos Portos
-

Peco-lhes apoio junto à sua área de Recursos Materiais e SSI desta SES-BA sobre **contratos vigentes, contatos de fornecedores locais e custos atuais dos serviços de comunicação à Internet destas localidades?**

Desde já agradeço,

Sds,

Marcio R. Galhano
IBGE / DI / COTEL
Gerência de Infraestrutura de Redes

De: Bernardo Miranda Cobucci Silva
Enviado em: quarta-feira, 25 de junho de 2025 13:49
Para: Marcio Roberto Galhano; Dean Washington dos Reis Socorro; Andre Luiz Oliveira Fernandes; Grinaldo Lopes de Oliveira; Otto Gabriel Costa Moutinho; Victor Brandao Orrico; Marcelo da Hora Rosado; Anderson Sampaio Barbosa Guiderlan Lemos Mantovani; Eduardo da Costa da Silva; Rogerio do Carmo Sales; Adelaide Costa Ferreira
Cc:
Assunto: RE: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/BA

Prezado Márcio e demais colegas,

Aqui na SES BA, mantivemos um contrato com o fornecedor SPEEDZONE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (SPN TELECOM), CNPJ n.º 96.842.547/0001-03, no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), ou seja R\$ 3.600,00 por 12 meses, sem custos de instalação.

Outras propostas recebidas à época foram:

USE TELECOM, CNPJ 09.540.627/0001-00, no valor R\$ 449,00 mensais e taxa de instalação de R\$ 1.200,00; ITS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 08.772.214/0001-98, no valor mensal de R\$ 799,00 e taxa de instalação de R\$ 1.999,00;

Anteriormente, já tivemos contrato com a NOGUEIRA DANTAS EIRELI, CNPJ 06.913.777/0001-23, ao custo mensal de R\$ 500,00.

À disposição,

Bernardo M C Silva
IBGE Bahia
Gerência de RM

De: Marcio Roberto Galhano <marcio.galhano@ibge.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 25 de junho de 2025 09:33
Para: Dean Washington dos Reis Socorro <dean.socorro@ibge.gov.br>; Andre Luiz Oliveira Fernandes <andre.fernandes@ibge.gov.br>; Grinaldo Lopes de Oliveira <grinaldo.oliveira@ibge.gov.br>; Otto Gabriel Costa Moutinho <otto.moutinho@ibge.gov.br>; Victor Brandao Orrico <victor.orrco@ibge.gov.br>; Marcelo da Hora Rosado <marcelo.rosado@ibge.gov.br>; Bernardo Miranda Cobucci Silva <bernardo.silva@ibge.gov.br>; Anderson Sampaio Barbosa <anderson.barbosa@ibge.gov.br>
Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>
Assunto: RES: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/BA

Ol Dean,

Bom dia! Tranquilo!

Pessoal da @GRM/SES-BA. Poderiam nos auxiliar neste repasse de informações – Contratações + Valores(Mensais) de Serviços de Banda Larga em Geral para acesso à Internet??

Anexo VIII :: SES-RO



Proposta de atendimento 500Mbps
FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE

Ji-Paraná - RO, 16 de abril de 2025

NBS Telecom
Danyelly Silva
comercial@nbstelecom.com.br

Essa proposta é confidencial e endereçada exclusivamente para FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE. Não deve ser divulgada, utilizada ou duplicada, em parte ou no todo, para qualquer outra finalidade além da avaliação do negócio

PROPOSTA COMERCIAL

Cliente: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE

Celt: [Contato.Telefones]

Data: 16/04/2025

Número da proposta: 930

Email: carlos.menandro@ibge.gov.br

Validade: 30/04/2025

Projeto:
Proposta de atendimento 500Mbps

Seguem condições da Proposta Comercial:

Nome	Quant.	Valor Unit Mensal 12 meses	Desc.	Valor Unit Mensal 24 meses	Valor Mensal Total 24 meses
Link de Internet Banda Larga de 500/200Mbps	5,000	R\$ 750,00	26,7%	R\$ 550,00	R\$2.750,00
Valor Total					R\$ 2.750,00

Endereço: Porto Velho - Avenida Tenreiro Aranha, 2732 - Centro CEP 76801-114

Endereço: Ariquemes - Avenida Tancredo Neves, 1680, Setor Institucional CEP 76872-870

Endereço: Ji-Paraná - Rua Júlio Guerra, nº 1470 (esq. c/ Rua Pedro Teixeira), Setor 02, Quadra 024, Lote 001 - Centro

Endereço: Cacoal - Avenida Rio de Janeiro, 126 - Novo Cacoal CEP 76962-100

Endereço: Vilhena - Avenida Major Amarante, 4040 - CENTRO - SALA 05 - 4040 CEP 76980-078

Serviço de Ativação

Nome	Quant.	Valor Unitário	Desc.	Valor com desconto	Valor Total
Ativação de Fibra Óptica para Atendimento de Banda Larga Cooperativo	5,000	R\$ 900,00	%	R\$ 900,00	R\$4.500,00
Valor Total para Ativação					R\$ 4.500,00

Prazo de Contratação: 24 meses

IPV4 Público:	Não	Quantidade:	Não se Aplica
IPV6 Público:	Não	Quantidade:	Não se Aplica

Valor Total Mensal	R\$ 2.750,00
Valor Total Ativação	R\$ 4.500,00

Forma de Pagamento

Boleto Mensal

Prazo de Entrega

15 dias úteis após assinatura contratual.

Danyelly Silva
comercial@nbstelecom.com.br

Cliente: FUNDACAO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA
E ESTATISTICA IBGE

Cell: [Contato.Telefones]

Data: 16/04/2025

Número da proposta: 930

Email: carlos.menandro@ibge.gov.br

Validade: 30/04/2025

Projeto:

Proposta de atendimento 500Mbps

Seguem condições da Proposta Comercial:

Nome	Quant.	Valor Unit Mensal 12 meses	Desc.	Valor Unit Mensal 24 meses	Valor Mensal Total 24 meses
Link de Internet Banda Larga de 500/200Mbps	5,000	R\$ 750,00	26,7%	R\$ 550,00	R\$2.750,00
Valor Total					R\$ 2.750,00

Endereço: Porto Velho - Avenida Tenreiro Aranha, 2732 - Centro CEP 76801-114

Endereço: Ariquemes - Avenida Tancredo Neves, 1680, Setor Institucional CEP 76872-870

Endereço: Ji-Paraná - Rua Júlio Guerra, nº 1470 (esq. c/ Rua Pedro Teixeira), Setor 02, Quadra 024, Lote 001 - Centro

Endereço: Cacoal - Avenida Rio de Janeiro, 126 - Novo Cacoal CEP 76962-100

Endereço: Vilhena - Avenida Major Amarante, 4040 - CENTRO - SALA 05 - 4040 CEP 76980-078

Serviço de Ativação					
Nome	Quant.	Valor Unitário	Desc.	Valor com desconto	Valor Total
Ativação de Fibra Óptica para Atendimento de Banda Larga Cooperativo	5,000	R\$ 900,00	%	R\$ 900,00	R\$4.500,00
Valor Total para Ativação					R\$ 4.500,00

ANEXO IX : SES-RR

De: Marcio Roberto Galhano

Enviada em: terça-feira, 10 de junho de 2025 13:49

Para: Ivo Santos de Franca <ivo.franca@ibge.gov.br>

Cc: Guiderlan Lemos Mantovani <guiderlan.mantovani@ibge.gov.br>; Eduardo da Costa da Silva <eduardo.c.silva@ibge.gov.br>; Rogerio do Carmo Sales <rogerio.sales@ibge.gov.br>; Adelaide Costa Ferreira <adelaide.costa@ibge.gov.br>

Assunto: Levantamento de Informações de Conectividade para Estacoes RBMC - SES/RR

Prioridade: Alta

Caro Ivo, Boa tarde,

Solicito um favor e uma cooperação, para que consigamos um levantamento de preços da localidade descrita abaixo, de serviços de Banda larga (acesso à Internet), para fins de Estudo Técnico Preliminar (ETP) para contratação em futuro próximo de serviços de conexão à Internet para atendimento às estações RBMC nas localidades descritas abaixo.

RBMC = (Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – "<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-sobre-posicionamento-geodesico/servicos-para-posicionamento-geodesico.html>")

Segue abaixo as localidades :

- Boavista
-

Peço-lhes apoio junto a área de Recursos Materiais desta SES-RR sobre contratos vigentes, contatos de fornecedores locais e custos atuais dos serviços de comunicação à Internet destas localidades!?

Desde já agradeço,

Sds,

Marcio R. Galhano

ANEXO X – Mapa de Preços

Valido/Não-Valido	Locais/Operadoras/Painel de Precos NoPregao	Item_Pregao	Humaitá – UEA / AM		Tefé / AM *		Porto de Santana / AP (STFC-BL)		Belém / PA	
			Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço
1	Custo Repassado pelas SES - Operadoras Locais			0		2296,38		490,00		0
1	Rural Web Telecom		5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
0	Hughes			0		0		0		0
0	Claro			0		0		0		0
0	Telebras			0		0		0		0
0	90034/2024	00001		660,00		660,00		660,00		660,00
1	90001/2025	00003		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00
1	90005/2025	00001		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40
1	90003/2025	00002		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00
0	90001/2025	00006		3600,00		3600,00		3600,00		3600,00
0	90003/2024	00001		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00
0	90012/2024	00002		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00
0	90012/2024	00001		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58
Renova_Pesquisa_Marco/26 (Painel de Precos)										
1	160462/2025	18		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00
1	200125/2025	2		979,00		979,00		979,00		979,00
1	90079/2025 (Aviso de Contratacao Direta)	1		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00
0	983501/2025	1/G1		105,50		105,50		105,50		105,50
0	925129/2025	1		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00

Itens_Locais	1	2	3	4				
Média Por Localidade	5000,00	1464,04	5000,00	1672,80	5000,00	1508,58	5000,00	1464,04
SubTotal(5Anos)	5000,00	87841,80	5000,00	100367,40	5000,00	90514,80	5000,00	87841,80

Localidades - Custo Mensal													
Boa Vista / RR		Coari / AM *		Macapá / AP		Mauaus / AM		Raituba / PA		Floriano / PI		Porto Velho / RO	
Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico	Instalacao	Servico
	0		0		0		0		0		0	900,00	650,00
5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
	0		0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0		0		0
	650,00		650,00		650,00		650,00		650,00		650,00		650,00
	1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00
	1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40
	2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00
	3600,00		3600,00		3600,00		3600,00		3600,00		3600,00		3600,00
	9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00		9230,00
	15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00
	21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58
	1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00
	979,00		979,00		979,00		979,00		979,00		979,00		979,00
	6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00
	105,50		105,50		105,50		105,50		105,50		105,50		105,50
	9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00
5		6		7		8		9		10		11	
5000,00	1464,04	5000,00	1464,04	5000,00	1464,04	5000,00	1464,04	5000,00	1464,04	5000,00	1464,04	2950,00	1514,04
5000,00	87841,80	5000,00	87841,80	5000,00	87841,80	5000,00	87841,80	5000,00	87841,80	5000,00	87841,80	2950,00	90841,80

São Gabriel da Cachoeira /		Salvador - Capitania dos		UFAM - Parintins / AM		IFAM - Tabatinga / AM		Pau dos Ferros / RN	
Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço	Instalacao	Serviço
	0		300,00		2239,54		2296,38		529,15
5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00	5000,00	1500,00
	0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0
	0		0		0		0		0
	650,00		650,00		650,00		650,00		650,00
	1300,00		1300,00		1300,00		1300,00		1300,00
	1445,40		1445,40		1445,40		1445,40		1445,40
	2390,00		2390,00		2390,00		2390,00		2390,00
	3500,00		3500,00		3500,00		3500,00		3500,00
	8230,00		8230,00		8230,00		8230,00		8230,00
	15780,00		15780,00		15780,00		15780,00		15780,00
	21228,58		21228,58		21228,58		21228,58		21228,58

	1500,00		1500,00		1500,00		1500,00		1500,00
	979,00		979,00		979,00		979,00		979,00
	6990,00		6990,00		6990,00		6990,00		6990,00
	105,50		105,50		105,50		105,50		105,50
	9980,00		9980,00		9980,00		9980,00		9980,00

12		13		14		15		16	
5000,00	1464,04	5000,00	1491,31	5000,00	1667,63	5000,00	1672,80	5000,00	1512,14
5000,00	87841,80	5000,00	89478,00	5000,00	100057,80	5000,00	100367,40	5000,00	90728,40

Valor da Contratação para 05 Anos [Somatório das Médias]	R\$ 1.530.881,80
---	-------------------------

Filtros Utilizados via Painel de Precos (*):

Ano de Contratacao: 2024 e 2025

Descrição: Acesso à Internet via Satellite - CATSER:26557

Descrição Complementar: Contratação de serviço de acesso à Internet via Satellite em órbita Terrestre Baixa

Valor Realizado a partir da Media da Consulta ao Painel de Preços

Legenda:

Vermelho ::

Fora do Desvio Padrão da Pesquisa via Painel de Preços

Valor 5x acima (ou muito abaixo) do Desvio Padrão = **R\$ 3.008,55**

Valores Tachados:

Referente a Pesquisa anterior considerando o ano 2024 = Valores_Desconsiderados do Calculo da Média



Documento assinado eletronicamente por MARCIO ROBERTO GALHANO, Gerente Nível II, em 16 de Abril de 2026, às 15:04:26, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 8072822232914244831 e o código CRC 9BA1F294.



Documento assinado eletronicamente por GUIDERLAN LEMOS MANTOVANI, Gerente Nível I, em 17 de Abril de 2026, às 11:00:06, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 7648277842891289377 e o código CRC 11370FF9.



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO DA COSTA DA SILVA, Gerente Nível II, em 17 de Abril de 2026, às 11:15:42, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 2844558273799670441 e o código CRC 71ECB9CC.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI, Diretor, em 20 de Abril de 2026, às 18:19:06, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 6548610550465083163 e o código CRC 7B8D0BA6.

Contrato 49/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
49/2025	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ALINE STANGE	27/04/2026 15:51 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		03603.000099/2025-13

1. (Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, com sede na Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado (a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos] , tendo em vista o que consta no Processo nº 03603.000099/2025-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90008/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada na prestação de serviço de comunicação multimídia via link satelital do tipo VSAT banda Ka (GEO) ou, alternativamente, via satélite de baixa órbita (LEO), conforme disponibilidade técnica e operacional da solução ofertada, para atendimento às necessidades de comunicação de dados das estações geodésicas (Projeto RBMC) do IBGE, localizadas em diversos municípios do território nacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMCTIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT,	26557	Mbps		20		

	em banda ka - estação Humaitá/SES-AM						
2	Taxa única de instalação do serviço de Link Via satélite - estação Humaitá /SES-AM	26166	Unidade		01		
3	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Tefé/SES- AM	26557	Mbps		20		
4	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Tefé/SES- AM	26166	Unidade		01		
5	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Coari/SES- AM	26557	Mbps		20		
6	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Coari/SES- AM	26166	Unidade		01		
7	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Manaus /SES-AM	26557	Mbps		20		
8	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Manaus /SES-AM	26166	Unidade		01		
9	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação São Gabriel da Cachoeira/SES- AM	26557	Mbps		20		
10	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação São Gabriel da Cachoeira/SES- AM	26166	Unidade		01		

11	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Parintins /SES-AM	26557	Mbps		20		
12	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Parintins /SES-AM	26166	Unidade		01		
13	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação IFAM - Tabatinga/SESAM	26557	Mbps		20		
14	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação IFAM - Tabatinga/SESAM	26166	Unidade		01		
15	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Porto de Santana/SESAP	26557	Mbps		20		
16	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Porto de Santana/SESAP	26166	Unidade		01		
17	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Macapa /SES-AP	26557	Mbps		20		
18	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Macapa /SES-AP	26166	Unidade		01		
19	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Belém /SES-PA	26557	Mbps		20		
20	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Belém /SES-PA	26166	Unidade		01		
21	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Itaituba/SES-PA	26557	Mbps		20		

22	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Itaituba/SES-PA	26166	Unidade		01		
23	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Boa Vista/SES-RR	26557	Mbps		20		
24	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Boa Vista/SES-RR	26166	Unidade		01		
25	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Floriano /SES-PI	26557	Mbps		20		
26	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Floriano /SES-PI	26166	Unidade		01		
27	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Porto Velho/SES-RO	26557	Mbps		20		
28	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Porto Velho/SES-RO	26166	Unidade		01		
29	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Salvador - Cap. dos Portos /SES-BA	26557	Mbps		20		
30	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite - estação Salvador - Cap. dos Portos /SES-BA	26166	Unidade		01		
31	Acesso à Internet via satélite, tipo VSAT, em banda ka - estação Pau dos Ferros/SES-RN	26557	Mbps		20		
32	Taxa única de instalação do serviço de Link via satélite -	26166	Unidade		01		

	estação Pau dos Ferros/SES-RN						
--	-------------------------------	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **05 anos** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- 2.3.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.3.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.3.3. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.3.4. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3.5. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): conforme endereços anexo ao Edital;

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

- 13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];
- VI) Nota de Empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

PREGÃO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 03603.000099/2025-13)

EMPRESA:			CARIMBO OU Nº CNPJ				
ENDEREÇO:							
CEP:							
TEL:							
CEL:							
INSCRIÇÃO ESTADUAL:							
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL – 60 MESES (R\$)
1	1						
	2						
	...						
TOTAL							
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR DE: (valor por extenso)							
DECLARAMOS que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições de fornecimento constantes do Pregão nº 90008/2026.							
PRAZO DE EXECUÇÃO			VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.				
Conforme Anexo I do Edital			Rio de Janeiro, _____ de 2026.				
GARANTIA			ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:				
Conforme ANEXO I Do Edital							
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO							
Conforme Anexo I do Edital							
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:							
Conforme Anexo I do Edital							

Dados Bancários da Empresa

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:.....

Domicílio:.....

Cargo:.....

E-mail :